



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2008

Acta n.º 28

Ao décimo oitavo dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de quatro de Dezembro e Aditamento de quinze de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 28/02/2008; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano de 2009; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2009-2012; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal com a alteração introduzida pela deliberação camarária de 18 de Novembro, tal como determina a alínea a) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de declaração de utilidade municipal do Parque de Estacionamento Subterrâneo, sito na Rua do Parque, freguesia dos Olhos de Água, concelho de Albufeira, erigido pela "Sonintur, SA; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de subscrição pelo Município de Albufeira, de capital social da Sociedade "Globalgarve - Cooperação e desenvolvimento, S.A."; -----

PONTO DECIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de realização pelo Município de Albufeira, de prestação suplementar de capital, na

qualidade de accionista da Sociedade PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.”; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de aquisição de imóveis pelo Município de Albufeira à Sociedade PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.”, bem como a outorga do respectivo contrato-promessa de compra e venda de bens imóveis futuros. -----

O Presidente da Assembleia convida a Membro Ana Pifaro para secretariar a sessão em substituição da Segundo Secretário Maria Eugénia Baptista. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Nelson António de Melo, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Ana Luísa Sousa Simões, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro (21:39 h), Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pifaro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. - Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo, António Gonçalves, Marlene Silva e Carlos Quintino (21:42 h), e em regime de não permanência, os Vereadores, Fernando Anastácio e Mário Alves. --

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo e Maria Eugénia Xufre Baptista. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Vítor Neto, Francelina Lourenço, Rui Bernardo e Maria Eugénia Baptista e pelo membro suplente José Vila Nova e Ricardo Silva, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Nelson Melo, Euridice Vieira, Ana Simões e Maria Perpétua Ramos. -----

Quórum (vinte e seis presenças) -----

Presidente da Assembleia – Temos quórum, vamos começar esta Assembleia. E, como sendo Assembleia ordinária, vai haver um período antes da ordem do dia, que é o período do público, com a duração de uma hora, no qual se podem inscrever dizendo o nome e morada para lhe ser concedida a palavra. A regra é de, dez minutos, máxima de intervenção, depende também do número de inscrições que se façam. Portanto, eu já falei aqui com uma Senhora Professora e, é nesta fase que poderão fazer a vossa intervenção, os alunos que a queiram fazer. Está aberto, neste momento, o período

antes da ordem do dia e agradeço que façam as vossas inscrições indicando nomes e moradas. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Sérgio Reis, Escola Secundária de Albufeira - Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimo Presidente da Mesa. Vou expor aqui quatro pontos em nome de todo o Curso EFA da Escola Secundária de Albufeira. Estes quatro pontos, são sugestões, no sentido de tornar Albufeira numa sociedade moderna, funcional e sustentável. O ponto número um, é a aplicação de calhas técnicas de arruamentos para passagem de cabos; o segundo ponto, é a utilização de energia fotovoltaica em todas as novas construções habitacionais e empresariais e o terceiro ponto é, prestação de duas linhas de distribuição de água e o quarto ponto é a implementação de tanques de armazenamento de óleos nas novas construções. Eu passo a explicar cada um dos pontos. O primeiro: constatando que em cada nova obra ou novo planeamento, se abrem roços para passagem de novos cabos. A implementação de calhas técnicas em substituição de buraco, fará com que no futuro não haja a necessidade de consecutivamente de abrir o mesmo caminho para novos cabos ou quaisquer aplicações vindouras. Este investimento, feito pela Câmara ou entidade empresarial interessada na própria construção, fará com que o trânsito de novos cabos seja economicamente nulo. A autarquia poupará também recursos económicos importantes relacionados com as obras de reconstrução, de pavimentos, arruamentos e passeios. Evita-se para além disso constrangimentos à circulação rodoviária e pedestre. No ponto dois, propomos que seja obrigatório em todo o concelho de Albufeira a aplicação de células fotovoltaicas para produção de energia eléctrica, ou aquecimento de águas, dos novos espaços habitacionais, empresariais, sejam de lazer, hoteleiros e estatais. O investimento é mínimo e rentabilizável em pouco tempo, uma média de três anos. Aliando-se a uma preocupação ambiental cada vez mais importante e para um futuro sustentável. Terceiro: a aplicação de tanques e a prestação de duas linhas de distribuição de água. Uma linha de água potável para consumo humano e uma de água não potável proveniente de afluentes das ETARS para regas e autoclismos. O aparecimento de recurso natural, como é a água, reduzem substancialmente recursos na extracção de água. Quarto: e finalizamos com os tanques de armazenamento de óleo. Em países como a Alemanha é absolutamente proibido escoar óleos para as águas residuais, sejam sanitas ou lava-loiças. Como sabemos, o óleo não é biodegradável e a sua reciclagem é eficaz e rentável. Como tal, com tantas obrigações nas novas construções, seria a estrutura de armazenamento de óleos. A Câmara seria a responsável pela recolha e reciclagem, tal como se faz hoje com os resíduos sólidos e urbanos. Desta forma todas as novas infraestruturas no concelho teriam um plano ambiental, Albufeira 22, de uma enorme importância para as novas gerações. Na nossa opinião, cem anos, reestruturando este planeamento, teríamos uma Albufeira muito mais amiga do ambiente e muito mais sustentável. Seria obrigação de toda a comunidade construir um futuro melhor. Queremos todos juntos fazer parte de um exemplo nacional. Atenciosamente, todos EFA da Escola Secundária. -----

Rosa Agabito, Escola Secundária de Albufeira - Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros da Mesa da Assembleia Municipal e caros Munícipes. Sou Rosa Agapito, residente na nossa cidade de Albufeira, frequento o Curso de Educação e Formação para Adultos na Escola Secundária de Albufeira. É neste contexto, de formação, que a turma a que pertenço elaborou esta pequena intervenção sobre uma realidade que gostaríamos de ver alterada na nossa cidade. Verificamos não haver passeios pedonais, desde a rotunda da antiga "bomba da BP" até ao Centro de Saúde. Por este trajecto de terra batida, passam idosos, pessoas com crianças e deficientes. O estado do caminho dificulta a locomoção devido à irregularidade do terreno, há água e lama quando chove. A circulação nesta zona da cidade é intensa, tem bastante trânsito por ser uma estrada principal e porque dá acesso ao centro da cidade. Dado ao estado do referido caminho está em perigo a vida dessas pessoas, já que muitas delas fazem uso da estrada, em vez no passeio para se deslocarem. É certo que existem transportes públicos, nomeadamente o "Giro" e o autocarro da Câmara, no entanto esses transportes não são regulares e muitas vezes não satisfazem as necessidades dos utentes. As pessoas idosas que o usam e também os deficientes, que possam necessitar de se deslocar numa cadeira de rodas ao Centro de Saúde, enfrentam esta grande dificuldade. Esta realidade foi escolhida pela auscultação feita à população da cidade e este foi considerado por todos um dos problemas mais prementes a resolver. Muito obrigada pela vossa atenção. -----

Presidente da Câmara - Boa noite. A primeira intervenção, penso que é um conjunto de propostas, um conjunto de ideias que, a médio e longo prazo, poderão ser introduzidas, poderão ser pensadas e algumas poderão ser acolhidas, não todas com a mesma facilidade, mas de qualquer das maneiras, em nome do executivo, agradeço esta atitude cívica da turma que vir aqui e colocar por escrito estas preocupações que obviamente algumas também são nossas. Nem sempre em termos de implementação elas conseguem dar resposta, mas agradeço o contributo em nome do executivo da Câmara Municipal. Sobre a segunda, que a Rosa referiu. Apenas transmitir que esta é uma preocupação da Câmara Municipal. Esta obra já está adjudicada, vai-se iniciar em Janeiro. Fica com passeios, com ciclo via, com iluminação e vai ser toda a requalificação entre o eixo viário, inclusive aquela rotunda que lá está, e vai até à zona da Coxeira. Esta é a primeira fase, a obra está adjudicada com o valor de cerca de oito milhões de euros e iniciar-se-á no início do próximo ano. Portanto, já tem todos os procedimentos, já foi feito contrato. Diria que, vai dar resposta a essas preocupações, a essa referência que aqui trouxe. Por ser uma situação complicada nos acessos, o qual sentimos que era importante intervirmos de imediato, está feito o procedimento, há adjudicação, o contrato e portanto, é um dos pontos que vai ser objecto de intervenção imediata, já adquirimos todos os terrenos inclusive aquela casa que está lá na altura, foi ontem a reunião de Câmara a aquisição da casa e dos terrenos exactamente para o alargamento e criar essas condições todas. E sobre o ribeiro naquela zona, vai levar um parque verde entre o eixo viário e a zona da Coxeira, passando no lado Norte do Centro de Saúde, criando um parque urbano de utilização, complementado com as vias, os passeios, a iluminação e a ciclo via. Penso que é uma

obra fundamental, uma obra estruturante, de tal maneira importante, que demos uma máxima prioridade aquela execução. Era isso que essencialmente eu queria transmitir. Se olharmos para trás, há quatro anos, não havia “Giro” e agora, no último ano, andaram cerca de um milhão de pessoas no “Giro” e nos autocarros que têm esses circuitos. É um número considerável para uma cidade que não tinha transportes públicos há quatro anos atrás. Penso que esse é um sinal de evidente da nossa preocupação. Em relação a esse assunto, pode ficar descansada, dentro de alguns meses estará resolvido. Em relação às outras questões, é uma questão, obviamente, de aceitação destas propostas. Aliás, há aqui algumas áreas que nós já estamos trabalhar, eu peço ao Dr. Rolo que intervenha, por uma questão de complementaridade. -----

Carlos Rolo (Vice-Presidente) – É para citar às turmas que estão aqui uma informação. Felicito os alunos e à professora, terem vindo aqui à Assembleia Municipal, é sempre um acto de cidadania e de educação cívica. Penso que é importante, os cidadãos se aperceberem daquilo que se passa na nossa comunidade. De qualquer das maneiras e apenas um complemento daquilo que o Presidente disse, relativamente à recolha de óleos e embora essa sugestão passa vir a ser acolhida ao longo do tempo, não tão fácil como se possa fazer crer, mas com certeza que é sustentada, é factível. Nós estamos a estudar a hipótese de fazer recolha de óleos para a produção de bio diesel. Já temos alguma tese sobre isso, temos em colaboração com uma associação algarvia, mas esse acordo não deu resultado, mas estamos a caminhar para outro. Por outro lado, temos um protocolo com o Instituto Nacional de Engenharia e Gestão Industrial do Porto, no sentido de aplicações experimentais sobre a aplicação da utilização de hidrogénio, em termos não só de iluminação mas também de energia para a acção, neste momento vai ser um carro para a Escola de Transito movido a hidrogénio e algumas iluminações de exterior, nomeadamente um rotunda e um parque de estacionamento com células de combustível. Por outro lado temos algumas construções que estão a ser efectuadas, onde temos já autorização para produção de energia, porque são energias que têm de ser autorizadas pela EDP, tem de ser introduzido na Rede, não é sustentável no próprio edifício. Entra na Rede e depois é feita a facturação ao contrário, digamos assim. E estamos a construir duas escolas que vão ter precisamente esses painéis fotovoltaicos. Não só painéis solares para aquecimento de águas, esses já temos vários, mas a produção mesmo de energia eléctrica. Sobre a questão da calha técnica, já temos algumas ligações, não calha técnica mas fibra óptica em termos de edifícios municipais para a colocação de cabos e talvez, num futuro muito próximo, iremos começar a construir uma rede completa no concelho, porque isso não é fácil construir em dois ou três anos, em que tudo estaria ligado por fibra. Não propriamente a calha técnica, como disse, que é onde passaria tudo, mas a fibra óptica penso que se poderá vir utilizar muito, estamos a iniciar o estudo de um projecto nesse sentido. É esse o complemento que queria dar relativamente aquilo que o Sr. Presidente disse. Agradeço.

Carlos Ventura – Faz a sua intervenção (doc.1). -----

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO ANIMAL

I

1º ARTIGO: TODOS ANIMAIS NASCEM IGUAIS PERANTE A VIDA E TEM OS MESMOS DIREITOS À EXISTÊNCIA

2º ARTIGO: TODOS ANIMAIS O DIREITO A SER RESPEITADO

3º NENHUM ANIMAL SERÁ SUJEITO A MAIS TRATOS NEM ACTOS CRUEIS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

EU CARLOS ROSE VENTURA SAADIM DAS SESNARIAS/ACUSADOS/DO QUE FIZERAM/CONSENTIRAM PERMITIRAM A PERSECUÇÃO DESORGANIZANDO A SOCIEDADE PROVOCANDO O CAOS ACTUAL ECONOMICO/BENEFICINRAM OS INTERESSES PARALELOS DESORGANIZARAM OS DIREITOS FUNDAMENTAIS O EQUILIBRIO NA ACTUALIDADE DA SOCIEDADE DE EQUILIBRIO

ARTIGO 29 DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL CAPITULO 3º O INDIVÍDUO TEM DEVERES PARA COM A COMUNIDADE, FORA DA QUAL NÃO É POSSÍVEL O LIVRE E PLENO DESENVOLVIMENTO DA SUA PERSONALIDADE

3º CAPITULO 3º: EM CASO ALGUM ESTES DIREITOS E LIBERDADE/PODERÃO SER EXERCIDOS CONTRARIAMENTE AOS FINS E AOS PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS

ARTIGO 14 CAPITULO 4º: TODA A PESSOA SUJEITA A PERSECUÇÃO TEM O DIREITO DE PROCURAR E SE DEFENDER

ARTIGO 1º: NA TODOS OS SERES NASCEM LIVRES E IGUAIS EM DIGNIDADE EM DIREITOS. DOTADOS DE RAZÃO E DE CONSCIÊNCIA, DEVEM AGIR UNS PARA COM OS OUTROS EM ESPÍRITO DE FRATERNIDADE

ARTIGO 2º TODOS OS SERES HUMANOS PODEM INVOCAR OS DIREITOS E AS LIBERDADES PROCLAMADOS NA PRESENTE DECLARAÇÃO SEM DISTINÇÃO ALGUMA

ARTIGO 8º: TODA PESSOA TEM DIREITO A RECURSO EFECTIVO PARA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS RECONHECIDOS PELA CONSTITUIÇÃO OU PELA LEI

ARTIGO 6º: TODOS OS INDIVÍDUOS TEM DIREITO AO RECONHECIMENTO EM TODOS OS LUGARES DA SUA PERSONALIDADE HUMANA

ARTIGO 17º CAPITULO 2º NINGUÉM PODE SER ARBITRARIAMENTE PRIVADO DA SUA PERSONALIDADE

ARTIGO 19º TODO INDIVÍDUO TEM DIREITO A LIBERDADE DE OPINIÃO E DE EXPRESSÃO, O QUE IMPLICA O DIREITO DE NÃO SER INQUIETADO PELAS SUAS OPINIÕES E O

DECLARAÇÃO UNIVERSAL

H

DE PROCURAR RECEBER E DIVULGAR INFORMAÇÕES E IDEIAS POR QUAL QUER MEIO DE EXPRESSÃO

ARTIGO 21 - TODA A PESSOA TEM O DIREITO DE TOMAR PARTE NA DIRECÇÃO DOS NEGÓCIOS PÚBLICOS DO SEU PAÍS QUERO DIRECTAMENTE E TL

ARTIGO 21/2 PARÁGRAFO TODA A PESSOA TEM DISCRIMINAÇÃO QQUOMA

ARTIGO 25/ TODA A PESSOA TEM DIREITO A UM NÍVEL DE VIDA SUFICIENTE PARA LHE ACSEGUAR E À SUA FAMÍLIA A SAUDA E O-BEM ESTAR PRINCIPALMENTE QUANTO À ALIMENTAÇÃO AO VESTUÁRIO/AO ALOJAMENTO A ASSISTÊNCIA MÉDICA E AINDA QUANTO AOS SERVIÇOS SOCIAIS NECESSÁRIOS/NA DOENÇA NA INVALIDEZ NA VULNERABILIDADE/DE PERDA DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA POR CIRCUNSTÂNCIAS INDEPENDENTES DA SUA VONTADE

ARTIGO 28/ TODA PESSOA TEM O DIREITO A QUE REINE NO PLANO SOCIAL E NO PLANO INTERNACIONAL, UMA ORDEM CAPAZ DE TORNAR PIENA E EFECTIVA OS DIREITOS E AS LIBERDADES ENUNCIADAS NA PRESENTE DECLARAÇÃO.

ARTIGO 29/O INDIVÍDUO TEM DEVERES PARA COM A COMUNIDADE FORA DA QUAL NÃO É POSSÍVEL O LIVRE PLENO DESENVOLVIMENTO DA SUA PERSONALIDADE

ARTIGO 29/ CAPÍTULO 3 EM CASO AINDA ESTES DIREITOS E LIBERDADES PODERÃO SER EXERCIDOS CONTRÁRIAMENTE AOS FINS E AOS PRINCÍPIOS DAS NAÇÕES UNIDAS/

ARTIGO 30 NENHUMA DISPOSIÇÃO DA PRESENTE DECLARAÇÃO PODE SER INTERPRETADA DE MANEIRA A ENVOLVER PARA QUALQUER ADUNAMENTO OU INDIVÍDUO O DIREITO DE SE ENCONTRAR ALGUMA ACTIVIDADE OU DE PRATICAR QUALQUER ACTO DESTINADO A DESTRUIR OS DIREITOS E LIBERDADES AQUI AVISCIADOS

SARAMAÇO - A MESMA ESQUIZOFRENIA HUMANIDADE QUE É CAPAZ DE ENVIAR INSTRUMENTOS A UM PLANETA INDETERMINADO A MORTES DE MILHÕES DE PESSOAS PARA FOMOS ACRESCENDO GUERRA DE NOCÍDIO SITUAÇÕES CLIMÁTICAS/CHEGAR SE MAIS FACILMENTE A MORTES

DECLARAÇÃO UNIVERSAL

VII

ACRESCENTO OS ASTATERRESTES DELOCAM-SE À NOSSA
OU OUTRAS DILACIAS NUA DIMEUSÃO DE EQUILIBRIO REAL
CHEDA-SE NOS HABITANTES DA PLANETA A PARTE NESTE
TEMPO DO QUE AO NOSSO PROPRIA SEMELHANTE
ALGUÉM NÃO ANDA A CUMPRIR O SEU DEVER/NÃO AN-
DAM A CUMPRIR-LO OS GOVERNOS, SEJA PORQUE NÃO
SABEM/ SEJA PORQUE NÃO PODER, SEJA PORQUE NÃO
QUEREM/OS PORQUÊ/NÃO PERMITEM OS QUE EFECTI-
VAMENTE GOVERNAM.

AS INJUSTIÇAS MULTIPLICAM-SE NO MUNDO, AS DESI-
GUALDADES AGRAVAM-SE/ A IGNORÂNCIA CRESCE
A MISÉRIA ALASTRA,

ALGUÉM NÃO ANDA A CUMPRIR O SEU DEVER

ACUSO-VOS PELO VOSSA OBEDIÊNCIA DESQUILIBRARAM
A MATEMÁTICA DA SOCIEDADE DESMORALIZARAM A CONS-
CIÊNCIA EM QUE DESORGANIZARAM PELO MORAL
PROPAGARAM A EPOCALIPSO PLANEJARAM

ACUSO ACUSO-VOS À VOSSA INCONSCIÊNCIA

ACUSO-VOS POR A FORMA NO FORMATO DESQUIL-
IBRARAM PROPAGARAM ABANDONAM A ESTA CRISE
ENFRENANDO A MORTE O SOFRIMENTO
PELA LÓGICA DO VOSSO PENSAMENTO PROLIZIGADO

ACABOU-SE EM PRINCÍPIO A ESCRITA É UMA
ANÁLISE DA PESSOA QUE PRETENDIAM O
QUE QUERIAM QUE FOSSE

AGORA SOMENTE A MEDITAÇÃO QUE ME FIZERAM
SER A ESCRITA E EM FOTOGRAFIAS VOS SERA
ELABORADA MENSAL

ACUSO
 TEXTO: / ACUSO O CRIME DOS DEMAGÓGOS DA DEMOCRACIA NA
 MEMÓRIA DA HUMANIDADE / ACUSO

ACUSO: A IRRESPONSABILIDADE / ESTE PAÍS PORQUE FIZERAM
 UM FAZ DE CONTAS / OS POLÍTICOS / OS RESPONSÁVEIS
 ACUSO: A INCOMPETÊNCIA A DROGA A INSOLÊNCIA A GIGORRAN-
 RIA / O RACISMO / A FALSIDADE / A GANÂNCIA / A RIQUEZA DA
 FOME / A DESONESTIDADE / A SOBREVIVÊNCIA O DESENTEN-
 DAMENTO DA SOBREVIVÊNCIA DO GRITO DA MISÉRIA / ACU-
 SO O TEMPO DA MORTE / O TEMPO DA VIDA QUE PROPAGA
 A MISÉRIA PROVOCA A MORTE INTEMPORAL DA ME-
 MORIA / ACUSO O TEMPO SEM SENTIDO ACUSO

ACUSO: A INDEFERÊNCIA A INTOLERÂNCIA ... SOFRIMENTO
 ACUSO: A CRISE SUBSTITUÍDA PELO PRIVILEGIO AVAREDO DO PODER
 PELO PODER / AO PODER CONSERVAR O DESCONTROLO
 OURO DA CRISE BARRAS E DIAMANTES BÍBIAS DA CRÍ-
 SE NA RIQUEZA INCONTROLADA / SEM EQUILÍBRIO / DES-
 TRIBUTIVA A CRISE / ACUSO

X ACUSO = A CRISE PROVOCADA PELO EXPRESSO / PELOS VALORES
 MORAIS DAS DESIGUALDADES MORAIS AO CRIME ACUSO

ACUSO = A MORTE / A FOME / O SOFRIMENTO MOTIVADO PELO
 PRIVILEGIO INCONTROLADO / ACUSO O SACRIFÍCIO / O SA-
 CRIFÍCIO A IMORALIDADE A INCOMPETÊNCIA MENTAL
 NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CÍVICOS / NAS DESIGU-
 ALDADES AO COMUM AVARE / ACUSO

ACUSO: O PÃO DA FOME QUE VAI AO LIXO E NÃO À BOCA / ACUSO

ACUSO: A RIQUEZA DESHUMANIZADA DESORGANIZADA NA ACO-
 MULACÃO AVARE AO DESALINHAMENTO DISPARITÁRIO

ACUSO = O SACRIFÍCIO IMORAL DA SOCIEDADE / O SACRIFÍCIO

ACUSO: O PROVOCAR A DESORGANIZAÇÃO DAS REZAS DAS
 SOCIEDADES CULTURAIS / HUMANAS ACUSO

ACUSO = QUEM MOTIVA / ORGANIZA / O SOFRIMENTO / A GUERRA
 POR ENGANO / ACUSO AS MORTES DA GUERRA CONTRO-
 LANDO ARRASTANDO OS DEBILITADOS / NESSA ZONCURA / A GUER-
 RA DOS FALSOS ACUSO

ACUSO = OS CENTROS DE CONCENTRAÇÃO / CENTROS DE REFÚ-
 GIADOS / ACUSO AS GUERRAS POR ENCOMENDO

ACUSO: A GUERRA DO PETRÓLEO / DO OURO / DOS DIAMANTES / DO PODER

ACUSO = O TRABALHO NÃO REMUNERADO DOS FRACOS ENBO-
 DANDO OS INCANTOS DO NÃO DA ORIGEM MOTIVADO
 A EMIGRAÇÃO NO DESCONTROLO INAPROPRIO A
 DISTRIBUIÇÃO DO PRIVILEGIO A MISÉRIA DE
 CALIDADE SOBREPONDO A JUSTIÇA ACUSO

ACUSO A JUSTIÇA DA INJUSTIÇA O PÃO / ACUSO

ACUSO = A INDEFERÊNCIA AS DESIGUALDADES DO DESALIN-
 HAMENTO DA RIQUEZA SALARIAL DE 1 POR 40 A
 MAIS / O SALÁRIO MÍNIMO / AO FALSO MANTEN-
 MU DOS / ATESTA GANÂNCIA DA TEORIA DOS
 DA MARGINALIDADE

 TEXTO: ACUSO A CRIAÇÃO HUMANA E TU ES A BEMBAZA
 DE UTA E A UTOPIE
 ESTOU NO/ NO MEU CORPO NA MINHA RAIVA NO MEU PENSAR
 NA MINHA ALMA ^{VERTENTE} NO DESENHO DO SILENCIO DA OPINIÃO
 PUBLICA UNIVERSAL ACUSO/ NA MINHA ALMA CHORA
 LAGRIMAS DE DOR NA VERTENTE DO SENCIO DO SI-
^{2 SENCIO DA OPINIÃO CONCRETA NA MADRUGADA DA EUDORA}
^{NA ENCHADA} LANCIA SIGNIFICADO DO SILENCIO E LUZ/A MORTE
 E VIDA/NO MOVIMENTO DA ESCURIDÃO NA NOITE ELI-
 MINADA/A LUZ DO FAROL APAGADO/
 ESTOU NO ~~DE~~ PENSAMENTO/DE/CORACÃO ABERTO
 E GRITO A DOR DO CANTICO DO MOVIMENTO DO UNI-
 VERSO/NA AURORA NA CONFRONTAÇÃO COM O EU/NO
 INFINITO DO TEMPO CHORO AS LAGRIMAS DO RE-
 GADIO DO UNIVERSO DA FONTE COMPROMETIDA
 COM A MISERIA A FOME ALIMENTANDO-SE NO
 PRATO DOS CONTENTORES DO LIXO/OS HUMANOS
 ME ENCONTRANDO COM O PENSAMENTO SEMEANDO
 A SEMENTE DOURADA DO MILHO DA BEVADA DO MOINHO
 DO VENTO AS PEDRAS DESFAZENDO A FARINHA REPAU-
 DIZINDO O PAU ISSINCIA DA BUSCA/DO EQUILÍ-
 BRIO POSITIVO A ORGA DO PENSAR DA VITALIDADE
 ONDE A HUMANIDADE BEBE A ÁGUA DA FONTE
 NOS ESCOTOS DE CÉU ABERTO COMO TESTE HUMANO
 NÃO SOU POETA O POETA É UM FIMBROADOR PESSOA
 DESCOBRINDO-SE POUCO A POUCO NO ESPECTACULO
 DO SILENCIO DA ESCURIDÃO DA MISERIA HUMANA
 VOMITAREI O SENTIDO DO SENTIMENTO DO DEVER
 DA HUMILDADS DO ALCAIVAR-ITOS O PERFIL
 DUM BUSTO HUMANISTA ARISTÓTELES SOUSA MENDES
 DUM DANDY DUM PASTOR DO SONHO DUM LABBE
 PIERRE BAZA VOIVE COLUCHO NUM MANDELA EM
 QUE OS GUARDAS URINAVAM REGAVAM NA FORÇA DO
 MENTAL UM SEQUE DO SER NÁO DO TER NA CRIAÇÃO
 DA PROFUNDIDADE ONDE SE ENCONTRA A RAIZ DA EXU-
 PRESSÃO DA LIBERDADE O PENSAR
 QUE O VENTO APOALME AS FRONTEIRAS DAS MARGENS
 ONDE SE ENCONTRA AS FÉRIAS DO SILENCIO DA
 CONSCIENTIA/O PENSAR É LIVRE/O HUMANO LIVRE
 CONTROLADO PELO ESTERILISMO ESPRESSIVO DA CONJUNTURA
 DA REAÇÃO DO PODER PELO PODER NA ORIENTAÇÃO DE-
 SUMANIZADA DES-EQUILIBRISTA.

TEXTO: ACUSO O PRIME DOS DEMAGOGOS DA DEMOCRACIA
 ACUSO OS RESPONSÁVEIS DAS SUAS PRÓPRIAS RES-
 PONSABILIDADES / ACUSO

ACUSO: OS DEMAGOGOS OS FALSOS DEMOCRATAS USUFE-
 RINDO DA DEMOCRACIA FALSEANDO-A ADEIRIN-
 DO CONSENTINDO A CORRUPÇÃO A INFLUÊNCIA AO
 COMPADRIO ABUSO DO PODER NA MISTURA DO EVI-
 REQUIEMENTO PEZA FOME DA RIQUEZA ESPON-
 DIDA ACUSO ESCONDIDA CAMUFLADA PARALELA

ACUSO: O CONTEÚDO HUMANO PREFERICANDO PEZA DE-
 SONARRA DO SENTIDO E DA JUSTIÇA ACUSO

ACUSO: OS CORPOS AMANTOADOS MORTOS VIVOS SIGNA BILLOS ARRAS-
 SEUS PESO MARIBONDO / NUM CORPO CAVERNO
 TAMBÉM UM SOPRO DE LIDA OS PES NUM SOPRO DE FAIXA -

TEIENCIA / NUM SOPRO DE FOME / NUM SOPRO DE VIDA DA
 INDIFFERENÇA / NUM SOPRO DE SORISO PROCUANDO A
 JUSTIÇA / NUM SOPRO DE MISERIA DA CARIDADE / NUM SO-
 PO DE MORTE E DE MISTÉRIO / NUM FINAL DE FAZ DE
 CONTAS NO CARACTER FORMATO DESUMANIZADO

ACUSO: A CRISE NO FAZ DE CONTAS / A CRISE DE CONSCIÊNCIA
 À CRISE MORAL / A CRISE DO FAUSTO DO MAGNANIMU
 ACUSO A CRISE DOS POBRES DA MISERIA DA FOME E
 DA MORTE / ACUSO OS OSSOS DOS HUMANOS NA SUA
 ALMA QUE CHORA AS LAGRIMAS DO PENSAR LIVRE

ACUSO: O FAUSTO ALIMENTANDO-SE DA FOME DA MISERIA DA
 DESGRACA DA MORTE DO SANGUE DA ESCRAVATURA
 ELUMINANDO O FAROL DA LUZ DOS SENTIDOS E DOS
 SENTIMENTOS A JUSTIÇA / ACUSO A INJUSTIÇA A CARI-
 DADE

ACUSO: NA CRISE NA ARRODANÇA NA DANÇANCIA NA IMORA-
 LIDADE DA INJUSTIÇA DA MISERIA PROVOCADA DA
 MORTE DO EXODO HUMANO / ACUSO HOTEL DARFOUR
 POR PESSOA NO DESILIBRIO SELVAGEM SOCIAL
 AVARE DESILIBRISTA DO FORMENTO DA FOME A
 MORTE NA MISERIA POR PESSOA OU QUARTO

20.000 EUROS AO DIA X 350 QUARTOS OU PESSOA
 X 30 DIAS = 210000.000 EUROS NA DESGRACA DOS
 CAMPOS DE REFUGIADOS NA MORTE DA INTOLERAN-
 CIA ACUSO / NA INJUSTIÇA E NA JUSTIÇA ACUSO A INJUS-
 TICA

ACUSO: ACUSO A CRISE DAS CRISES PERMANENTES NOFAUS-
 TU A MORTE O DESILIBRIO A PLANETA NO EXODO
 PERMANENTE / A INSEGURANÇA ASIÁTICA AS ILHAS O FAUSTO

ACUSO: ACUSO OS DEMAGOGOS DA DEMOCRACIA DA MATERIA
 DA MEMORIA DE PRIMITIVOS PRIMATAS CRIMINOSOS
 DA INCONSCIÊNCIA DO EXODO HUMANO / ACUSO OS IN-
 CAUTOS /

IV B

TEXTO: ACUSO O PRIME DOS DEMAGOGOS DA DEMOCRACIA

ACUSO: O PROPRIO VENTO PORQUE O VENTO NAO COMPREENDE

ACUSO: A ENUVA ACUSO/ A ENUVA DOS VENTOS NAO COMPREENDENDO/ O HUMANO DESCONDELOU OS ARTICOS OS POLOS ENVIDADA OS CONTINENTES NAS TRANSFORMACOES DO EXODO PLANETARIO HUMANITARIO NA AFIRMACAO DA SOBREVIVENCIA NO DESIGLILIBRIO DA SOCIEDADE NO FUTURO/ ACUSO/ ACUSO A SOCIEDADE A QUE

PERTENCO/ ACUSO/ ACUSO- ME QUE CRESCHA A RAIZ DESFRAZADAS AO VENTO DAS FLORES DO PERFUME DAS ASAS DAS RUGAS DAS DENTES E DOS POLOS DAS SEMENTES DAS NOITES CAIDAS QUE DESAPAREÇA FLORE AVARE DA FOME AMARGA/ PELA NOITE

FORA A MORTE PARA DA ^{NAS ENTREVISTAS} ENEERCA SILVA SILVESTRE NO DEBAIXO DE SUA MANTA ARCO GALACIA SUA COMPANHEIRA ^{ENTRE O PELO E A TERRA ESTOU EU} SUA AMANTE NA SOLIDAO DA NOITE ESCURA/ NA NOITE ELUMINADA/ NUM FAROL APAGADO/ ACUSO/ ACUSO- ME

ACUSO: ACUSO-VOS SEM EXCEPCAO A TODOS/ SOIS UMA FABRICA DE INCOMPETENCIAS NA RESPONSABILIDADE PLANETARIA NAO EXISTE FRONTEIRAS NA TERRA/

NO CEN E NO MAR/ ACUSO A POLICIA/ ACUSO A DES-
TRUICAO/ ACUSO A VOS TODOS ANIMAIS/ SIDAOCIAIS/ SO HUMANO
ACUSO: ACUSO O PRIME DOS DEMAGOGOS DA DEMOCRACIA
NA MEMORIA DA HUMANIDADE/ ACUSO/ ACUSO-VOS
A TODOS/ AQUI E AGORA VOS TODOS ESTAO AO CORRENTE DAS VIRDUZAS DOS PONTOS E VIRBUZAN E DOS PONTOS/ ACUSO ACUSO VOS

ACUSO O SORRIMENTO
ACUSO- ME AO PROPRIO

ACUSO A CRISE SUSTENTATEL PELO PROUZEIRO AVARE

ACUSO O SILENCIO DOS RICOS/ NO SILENCIO DOS POBRES
DA MORTE DOS FRACOS/ ACUSO O SILENCIO DOS AVARE
ACUSO

ACUSO

OS RESPONSAVEIS DA PLANETA

ACUSO

ACUSO A CRISE DAS CRISES DO
EXODO PLANETARIO

ACUSO



TEXTO: ACUSO O CRIME DOS DEMAGOGOS DA DEMOCRACIA

^{OSINTAXE O SINTOXE}
A SINTAXE DO GRAZ/MONTANHA DA CIÊNCIA CEARA DA SECA
DA CEADA DA SERRA/DO MIZHO DOS DEZUUCOS/DA RAIZ
DA DREL HUMANA/DA FARMINHA DA JUSTICA NO VENTO
DO PAO/DO EICIONO DO FRUTO DO TERRAMOTE/DA EIVEN
CIA DO FRUTO NA SUBIDA DO OCEANO

ACUSO NA JUSTICA DA DISTRIBUICAO DO PAO/ACUSO
NO EQUILIBRIO NAS ENTENHAS DO CERBO DO PENSAR NA
LIBERDADE DO EQUILIBRIO POSITIVO/DO GRAZ DA MATERIA/
A CONSCIENCIA POSITIVA DA HUMILDADE/A HUMILHAÇÃO
A SOCIEDADE DESONROU/AS CIRCUNSTANCIAS/TERFOU
A FISICA DAS REIS DA NATUQEZA

ACUSO AS CIRCUNSTANCIAS DA HUMANIDADE
O GRAZ MONTANHA MATERIA/CIENCIA CEARA ^{DO TÊDIO DA TEORIA} SERRA DO MIZHO
DA RAIZ HUMANA/DA FARMINHA/JUSTICA DO PAO/FRUTO
CIENCIA DA JUSTICA/ACUSO A CARIDADE/A DÁLIDA RETIRADA
NA JUSTICA DISTRIBUICAO DO PAO/NO EQUILIBRIO DO GRAZ
DA AIGUIMIA/DO PAO QUE FLORESCE NAS CINZAS DA TEORIA/NAS
ENTENHAS DO CERBO/DE ESTRELAS LUMINOSAS/DO CERBO
DO PENSAR NA LIBERDADE DO EQUILIBRIO POSITIVO/
NO GRAZ DA MATERIA A CONSCIENCIA ^{NA CONSCIENCIA} POSITIVA
A CIENCIA A CONSCIENCIA A JUSTICA/O EQUILIBRIO/
A MATERIA/A CONSEQUENCIA/A HUMANIDADE/

A PLANETA NAS RAIZES DA MEMORIA/O CONSERVAR
NO GRAZ DA UTOPIA O EQUILIBRIO
ACUSO A ENCHADA QUE CAVA A SUBALTIMA O MACHADO QUE TALHA
A MADEIRA PODRE/DEFENINDO A FILOSOFIA NO GLOBAL
PLANETARIO/OS DEODOS QUE USAM O BUTAO O DARTILHO
DA GUERRA DOS PODEROSOS/O CERBO A MENTE QUE
DESTROUSE DAS ENERGIAS ALTERNATIVAS ZIMPAS A
SOCIEDADE REPENSADA COM METODOS ZOBICOS PROPRIOS
NO PROJECTO DA MATERIA MENTAL ^{NOTER} DE SIMETRIAS
NO PROJECTO CONCEITO NOUTRA DIMENSÃO HUMANA
EM QUE O CORACAO SEIJA UM CORACAO NÃO UMA BOMBA/
E QUE O CERBO SEIJA A RELACAO DA MENTE/NA
PLANETA DA CONSCIENCIA NA FILOSOFIA DO SER
OTER E' CONJUNTO DE SOCIEDADE AVARS/REFUGIANDO
DO PODER INENORANDO AS CIENCIAS HUMANITARIAS POSI-
TIVAS DO SER.

TEXTO: ACUSO A EQUAÇÃO HUMANA E TU ÉS A BÊNÇÃO
DE UTRIAS À UTOPIA

ACUSO: O QUADRO PINTADO COM A TELA DO SIFINCU
DO VENTO/COM OS PINCEIS DA VERDADE ^{DO VER DO} DO VER DO
AR DAS CORES DO ARCO IRIS/COM TINTAS DO OCEANO
UNICO POLUIDO REVOLTADO/^{DA TELA DA} NA MARTEM DO BERÇO DO
ESPACO ONDE A ERIACÃO SOBE AS ESCADAS DO CESU
DA DIMENSÃO/VIAJANDO PELO UNIVERSO DA MENTALIDADE
DA SÍNTESE DO QUADRO HUMANO/O PESO DA CONSCIÊNCIA
PINTO AS FRONTEIRAS DOS OLHOS DO VER DO UNIVERSO
USANDO O PENSAR LIVRE NÃO COMPROMETIDO/DO
OZONE DAS DIOQUEINAS ^{QUE ORGANIZAM O ORGASMO} NOS VENTOS COLORIDOS ONDE
A ERVA É ALIMENTO É VIDA/DAS NAPEL SUTERRANEAS
DAS NUVENS ^{DAS ONDAS DO PEN} SE APODERON DOS RESTOS PERIDOS.
SOLVANDO SEM FRONTEIRAS A POLUIÇÃO (AIMDO NO
PINTO A PLAINETA/^{HORIZONTE} PINTO A MENTALIDADE/NAO PODEND
PINTAR A LIBERDADE ^{A LIBERDADE SABAZ DO CONTO} DO PENSAR/NO OCEANO FAL-
SIFICADO NAS FRONTEIRAS DESCARREGADAS DA MER-
DA ^{DA} MISTURADA A ÁGUA NA MISTURA TOTA A GOTA
DE AQUELA GOTA/QUEM PINTAR O QUADRO DA LIBER-
DADE PINTADA O UNIVERSO APROXIMANDO-SE NA
DIMENSÃO QUE VOS MOTIVA ^{EM MOVIMENTO} O CRIADOR DO UNIVER-
SO

PINTO A TELA AS COSTAS DO OCEANO NO BATER M
MOZODIOSO DOS ROCHEDOS NO MUSICAL DA AR MOVIA
NO VORR DAS ASAS DOS RIOS E DOS RISOS DAS
AREIAS NO GRITO DOS SORISOS DOS PAZHAUS
NAS ÁGUAS CALIDAS SERENAS

ACUSO: O SILÊNCIO DO PROVLÉGIO DA OPINIÃO
PÚBLICA

SOCIEDADE SEM OPINIÃO PÚBLICA
É BARCO À DERIVA SEM REMOS
SEM VÊLAS
SEM ~~NA~~ HUMANO NO ZEMU

SEM BARCO DE SOCIEDADE EM ARMONIA
A REALIDADE



TEXTOS ACUSO O PRIME DOS DEFIATORES DA DEMOCRACIA

EXCESSO AO EQUILIBRIO DO PODER DO PROVEZIO
DAS DESIGUALDADES DOS SENTIMENTOS A REECARIDAD
ACUSO: A PROVOCAÇÃO/O LACRISMO/O TERROR/O SISTEMA
DE SOCIEDADES/PROMOVENDO NAS CONSEQUEN-
CIAS NO DESAIRE PLANETARIO DESCONTROLANDO
O ESBANJAMENTO ACUSO/A CRISE DA PLANETA INVERTE

ACUSO: A FOME A MISERIA HUMANA MENTAL A DOENÇA
A MORTE FISICA DOS VIVOS NA MEMORIA DA FOR-
MOLOPAO DA PARTA DOS DIREITOS DA ESSENCIA
VIVA VIVIDA DA DEMOCRACIA/ACUSO A NEDESEMU

ACUSO: A FOME A MISERIA A DOENÇA A ESPERA DA CONSULTA
A MORTE DA OPERAÇÃO SEM SAZ O OPERADOR
ACUSO A ESPERANÇA ENTERRADA/ACUSO

ACUSO: O ACUSAR ACUSANDO POR PERMEIORES/A ORDEM
NA INCONSCIENCIA A MORAL/O MENTAL A INCOMPETE-
RIA NUMA DESORGANIZADA DE MENTALIDADES PLA-
NETARIA A INCOMPREENÇÃO/ACUSO

ACUSO: AS MORTES DOS FRACOS A ARROGANCIA DOS PODORO
SOS FRACOS/DE TODAS AS GUERRAS/ACUSO A MORTE
DE TODOS SACRIFICIOS/SACRIFICIOS/ACUSO A MISERIA
DE TODAS AS RESPONSABILIDADES ACUSO

ACUSO: O ZENCOLO DO EMBRUHO/NO FARRAPO/DA MORTE/O
CORPO DA AGONIA/DA FOME DA ÁGUA LIMPA/DA TRAN-
PARENTE/DOS OZIOS FECHADOS/DO CORPO ENROZA-
DO DO BRANCO/DO PAVO/ACUSO BRANCO ACUSO

ACUSO: O BRITO DA FLOR SECA/DA RAIZ HUMIDA/DA PETALA
CAIDA/DE COROAS ENTRE/ACA DAS DE CORPO EMER-
TE/ESTENDIDO/CHEIRANDO A CARNE DO CORPO
APODRECIDA/ACUSO

ACUSO: ACUSO A VIDA NUM CORPO/ NÃO FLORESCE/NO ESTAI-
RIO DAS ÁGUAS CALMAS/LIMPIDAS/DOS RIOS/DAS
ÁGUAS FAZIDAS REVOLTADAS/URDE NA SINFONIA DA
RAIZ DO FRUTO DA ZANTERNA/DO ISPIRITO/DAS MAR-
TENS DOS SENTIDOS/ACUSO/ACUSO O EXODO HUMANO

ACUSO: ACUSO O SOM DO OCEANO/NA BARBARIDADE DO TRI-
TO DA FOME/NO BRITO DA AGONIA DE UMA VIDA EX-
TINTA/ACUSO/AS VEIAS DOS RIOS/AS LÁGRIMAS DOS OZIOS

ACUSO: PELAS TERRAS SECAS/PELAS TERRAS HUMIDAS/PELAS
TERRAS INUNDADAS/PELAS TERRAS DE CINZAS DE
TRONCOS DISPERSAS/PELAS TERRAS SEM SEMETRIA

SEM SEMETRIA/ACUSO/OS SENTIDOS/ACUSO
A OPINIÃO PUBLICA/ACUSO E GRITO A OPINIÃO PU-
BLICA/ACUSO

ACUSO: PELAS TERRAS DO CICLONE/ACUSO PELAS TER-
RAS DO TERRAMOTE DESTRUÍDA PELO VENTO
PELAS ÁGUAS PELO MAR NOTE PELA MORTE/ACUSO

ACUSO: OS NIUMANOS QUE DESVIARAM A FORÇA DOS
VENTOS DAS CHUVAS E DAS TERRAS DAS ERVAS
SECAS DOS ALIMENTOS ACUSO DESVIANDO O
OCEANO ACUSO

Presidente da Câmara – Peço desculpa. Faço uma pequena intervenção, porque é habitual, em quase todas as Assembleias, termos este tipo de intervenção. Quem não tem acompanhado isto, e tendo a sala cheia, pode ficar uma ideia errada. Normalmente não espera pela resposta, escreve os papéis e entrega. Se eu vos der o que está aqui escrito, ninguém percebe o que está ali, porque a escrita e a forma não se percebe. Nós temos pedido uma série de documentos, mas não chega nada em condições legíveis. Isto é um processo que tem catorze ou quinze anos, que se tem arrastado durante todos estes anos e do qual nós temos pedido que apresente as situações concretas, mas não temos conseguido dar resposta porque isso não tem sido apresentado. Digamos, é uma história muito antiga, mas o facto é que a postura é um pouco esta, não espera que lhe dê resposta. É só para perceberem que não é uma situação do momento, actual, mas é uma situação que se arrasta ao longo destes últimos quinze anos e da qual nós temos procurado, sempre que necessário e em função daquilo que ele tem pedido, fazer as intervenções, mas o facto é que não é tão fácil assim e, eu convido alguém a conseguir perceber o que é que está aqui nestes documentos. É uma explicação pública, porque se não dá a sensação que é muito fácil lançar as acusações. Acusa, acusa, mas depois quando nós perguntamos, do quê? o quê concretamente? aí é a interrogação completa e é o não assumir nenhuma situação específica. Que conste, porque perante pessoas que estão aqui, que merecem o máximo respeito, eu acho que também devo dar uma informação em relação à intervenção do Sr. Carlos Ventura. -----

Presidente da Assembleia – Eu apenas, e em relação a isto, digo que, não há resposta. É um cidadão, tem o direito de usar a palavra na Assembleia. Vou ouvindo o mesmo que os meus colegas de Assembleia e, temos que ouvir, embora não saibamos bem aquilo que estamos a ouvir, qual é a reclamação que se pretende. Ele tem o direito e não sou eu que o vou negar. Cada um fará os seus juízos. Em relação à Escola, pois eu fico muito satisfeito de ver a sala cheia de alunos, jovens, cheios de vontade de participar, o que é importante nos órgãos municipais; são os órgãos que, de facto, estão mais perto dos cidadãos. A Assembleia é o órgão deliberativo do município. É onde estão representadas as várias forças políticas do concelho, onde os cidadãos têm o direito de intervir sempre, em qualquer Assembleia, porque as Assembleias têm natureza pública, ou seja, funcionam de porta aberta e o público tem o direito de vir cá assistir aos trabalhos e, em regra, o direito também de participar num período anterior ao início da Ordem do Dia. E, o papel do público é precisamente esse, de vir cá trazer sugestões, fazer críticas, apontar caminhos e manifestar aquilo que pensam sobre as matérias que lhes dizem directamente respeito. E a Assembleia Municipal, temos aqui todos, o trabalho de tomar deliberações, pois se estivermos com os nossos ouvidos mais enriquecidos por aquilo que a população nos trás, naturalmente estaremos habilitados a poder decidir melhor. Portanto, é bom que as pessoas participem nos órgãos do seu município e isso, de vir cá uma escola, para mim, é sempre motivo de prazer porque os jovens que se estão a formar, sem dúvida que serão aqueles que irão tomar a rédea nisto. O desafio que foi lançado pelo Sérgio é, de facto, um desafio muito interessante para os órgãos executivos, quer para o presente, quer para os que

vêm no futuro, que são, de facto, aspectos que hoje estão na ordem do dia em termos de preocupação. Todos nós temos preocupações de carácter ambiental e, há de facto, que tomar atitudes, não é só de ficar nas preocupações. Tomar atitudes que levem a que, como questões como o aquecimento global, a poluição, a criação de lixo que todos nós fazemos que é um problema mundial, tenham resposta do executivo. Há um caminho imenso! Temos de começar a tomar consciência que os recursos não são infinitos mas são finitos e, portanto, temos que cuidar deles. A própria água vai ser um bem escasso num futuro muito próximo. É bom que nós tenhamos essas preocupações e que se tomem medidas. E, portanto, o desafio lançado e vindo de uma escola, penso que é sempre com carácter muito positivo e não obstante essa preocupação já presidir aos nossos espíritos, um desafio é sempre bem-vindo. Estamos ainda no Período Antes da Ordem do Dia, se quiserem fazer questões, os alunos, dirigidas aqui à Assembleia, penso que os meus colegas teriam todo o gosto em responder-vos. Os outros senhores do público que queiram intervir também, é este o momento para intervirem. -----

António Santos - Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. Vou começar pela situação do Sr. Carlos. É um munícipe de Albufeira, é um homem que apesar de tudo, com problemas, até psicológicos, neste momento. Eu conheço a situação dele. Na minha modesta opinião, foi prejudicado, de algum modo, pela situação. O caso arrasta-se há mais de uma década, eu viria com muito gosto se alguém da Câmara Municipal de Albufeira se interessasse realmente pelo assunto, porque eu conheço o Sr. Carlos, sou amigo dele, ele precisa de ajuda, psicológica também. Gostaria que alguém se interessasse pelo caso dele, porque este caso, a continuar assim, pode acabar muito mal, para o Sr. Carlos e para outras pessoas. Não estou a dizer que ele tem razão ou não tem razão, ele anda muito perturbado, como os senhores sabem ele já fez uma greve de fome, bem feita ou mal feita. Mas o Sr. Carlos é um munícipe de Albufeira que precisa de ajuda e, os senhores estão cá para ajudar. Se houver alguém da Câmara Municipal de Albufeira que se queira sentar com calma, como político e especialmente como pessoa que quer ajudar alguém que precisa de ajuda, faz favor. Peço, humildemente, que se sentem com ele, as pessoas indicadas, não digo que seja o Sr. Presidente, tente resolver o problema e tentem resolver o problema de um ser humano que está neste momento gravemente doente. Para que um dia não me venham dizer, a vós e a Albufeira, "não fizemos nada e agora sucedeu isto". Sobre este caso, tenho dito. Se quiserem falar comigo, podem falar. Neste momento, Sr. Presidente, gostaria que me dissesse, o que é que se passa com o novo Shopping que possivelmente irá abrir em Albufeira, na zona da Guia. Neste momento temos uma crise financeira grave, todos nós sabemos, e todo e qualquer Centro Shopping que se vá abrir em Albufeira vai matar de 50 a 70% o pequeno comércio, isto todos nós sabemos, é um dado adquirido. Agora a minha questão é esta Sr. Presidente, que é uma pessoa com quem se pode falar apesar de discordar de algumas decisões da Câmara Municipal de Albufeira, um Shopping a abrir em Albufeira, esse Shopping irá à falência. Se não for esse, será o que já cá está. Eu estou-lhe a dizer isto antes. Como é que está a situação desse Shopping, numa situação financeira seriíssima? Só vos digo uma coisa, metade as agências turísticas do Algarve estão a caminho da falência. Isto

é gravíssimo e, o que eu estou a dizer aos Senhores, os Senhores sabem. O Sr. Presidente já pensou em fazer algumas promoções turísticas para o próximo ano? A previsão para o próximo ano é de 20% menos turistas e as promoções serão feitas em diversos campos, o Sr. Presidente sabe como é que se faz e o que se fará, por exemplo, por os edifícios de Albufeira à disposição dos turistas, o que não se tem feito. Eu falando às vezes com os turistas e eles não sabem que existe uma biblioteca. Um dia destes tivemos aqui, o Sr. Presidente estava lá, com turistas espanhóis, a assistir um programa, foi muito bonito. Sou guia turístico, como sabem, e não vejo nos hotéis informações sobre o que se passa em Albufeira. Não mostram um guia de Albufeira aos turistas que cá estão. Nós temos aqui ao lado um centro onde se podiam fazer vídeos semanais, aos turistas, ocupar as pessoas. Um coisa muito importante que as pessoas me dizem, "António, então Albufeira não tem um cinema." Não há ninguém nesta terra que consiga por um cinema a funcionar? Não sei se já arranjam, mas aquilo fazia-me confusão, eu passo ali com os autocarros, por uma estrada que abateu, naquelas torres, "Janelas do Mar" junto à escola Francisco Cabrita. Já foi arranjado ou ainda não? Aquilo um dia poderá ser um perigo. Já foi arranjada, há algum tempo que não passo lá, por isso não sei. Eu gosto do Algarve e gosto de Albufeira e estes são os assuntos mais importantes que tinha para dizer. Se o Sr. Presidente quiser dizer alguma coisa sobre isso, muito obrigado. -----

Sérgio Reis – Sr. Presidente, só lhe quero pedir desculpa pela Escola Secundária, no sentido de às 23:00 horas termos de nos ausentar e, como tal, não nos leve a mal. -----

Presidente da Assembleia – Com certeza. -----

Presidente da Câmara – Sr. António Santos, em relação ao Sr. Ventura, nós já percebemos que ele não está bem. O Sr. Ventura, aqui há algum tempo fez greve de fome em frente à Câmara Municipal. Estive ali, falei com ele, e tenho procurado falar com ele. Que fique bem claro. Portanto, há aqui situações que eu não consigo ultrapassar, mas qualquer das maneiras, penso que, quer eu, quer a Vereadora, quer os Vereadores, temos procurado, sempre. Agora, muitas das vezes temos dificuldade, até porque não sou especialista, não sou psicólogo embora por vezes tenha de o fazer quase, mas o facto é que tenho muitas dificuldades em perceber como gerir algumas situações, estamos a falar de uma pessoa que tem alguns problemas. Tenho falado com ele para que me explique, exactamente, com princípio, meio e fim, determinados problemas e nem sempre consegue fazer isso. Eu tenho pedido aos meus juristas até, para tentarem encontrar algumas soluções, é muito difícil. Portanto, eu estou disponível para falar com o Sr. Ventura, sempre, não tenho problema nenhum, nem eu nem os meus Vereadores, mas há questões que ultrapassam em termos dessa relação. Por outro lado, quero lhe dizer que a Câmara Municipal de Albufeira tem uma intervenção nos termos da promoção da cidade e do concelho, muito forte. E tem feito, além da promoção do exterior, no mês de Outubro e Dezembro, praticamente toda a Galiza foi batida, município a município, nas feiras de Vigo e nas feiras da Corunha, com um resultado fantástico em termos de aceitação e em termos da nossa valorização, como destino para os quase quatro milhões da Galiza. Temos trabalhado com a Andaluzia, com Barcelona, com uma série de zonas onde procuramos cada vez

mais dar a conhecer Albufeira e, obviamente, que essa é uma questão de valorização. Agora, a conjuntura mundial é muito complicada e portanto, não vale a pena estarmos aqui a discutir isso porque não nos levava a lado nenhum, porque todos os dias temos surpresas. O nosso auditório e a nossa biblioteca, têm um número de inscritos e visitantes espectacular. E além do nosso auditório, sempre que há aqui concertos, ou a Orquestra do Algarve, na Igreja, há um grande número de estrangeiros que participa e que estão presentes. Isto deve-se a que os nossos serviços vão directamente aos hotéis entregar uma série de documentos, brochuras, para publicitação desse eventos todos, mas não sabemos como é feita a distribuição desses documentos, se são logo colocados à disposição dos turistas ou não. Em relação à grande superfície, não sei. O projecto não entrou, não faço ideia. Não lhe posso dar informação sobre essa questão. Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DE CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para consulta. -- Terminada a leitura da correspondência o Presidente da Assembleia dá início ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Ricardo Silva – Boa noite a todos. Em primeiro lugar gostava só de deixar um alerta pelo seguinte: Eu recebi hoje correspondência da Câmara Municipal de Albufeira, um convite datado do dia 12. A correspondência deu entrada nos Correios dia 17 e, recebi-a dia 18. Não estará aqui, em termos de coordenação alguma descoordenação, no sentido de por vezes querer publicitar e dar a conhecer às pessoas alguma informação mas com data já ultrapassada. Queria deixar este alerta para o Presidente tomar nota. E dar também uma palavra aos alunos que, para nós, Membros da Assembleia é importante a presença de todos. É um órgão que é aberto, que necessita de mais participação, julgamos e é bom ouvir outras opiniões, também se fazer valer daquilo que é a oposição aqui, feita por nós, o PS, porque a opinião de todos também faz a força no sentido de a Câmara Municipal corrigir algumas situações que estão menos correctas, daí, nós PS, agradecemos de certa maneira e gostaríamos que, de facto, futuramente, viessem participar mais e continuassem a participar, porque a vossa voz é fundamental para o futuro de Albufeira e para o futuro de todos nós. -----

Presidente da Câmara – Eu hoje fiquei preocupado quando tive acesso a uma carta recebida hoje, datada de ontem e com um convite para do dia 13. De imediato procurei saber o que se passava e, essa correspondência foi colocada no dia 10 nos CTT. Só que houve um período de greve e a correspondência foi expedida em função das datas de entrada. Portanto, houve mais gente que recebeu essas cartas. Não faz sentido, nem podia ser. Chamei os técnicos, chamei os responsáveis do Departamento e de imediato procurei saber o que se estava a passar. O que se passa é exactamente isso. Eu peço desculpa, obviamente, mas há aqui situações que nós muitas das vezes não conseguimos controlar. Assumimos, porque quem lê isso normalmente é assim que pensa, que é um esbanjar, que não faz sentido publicitar coisas que já passaram, mas a postura não é essa, foi uma situação pontual, da qual eu peço desculpa, mas a justificação é exactamente esta. -----

Fernando Neves – Nós também nos apercebemos que deveria ter sido um lapso dos Correios. Mas, não ligamos em termos de importância muito grande, essa situação. Já que o Sr. Presidente me concedeu a palavra, aproveito para felicitar a escola aqui presente e os seus professores, no sentido de incentiva-los a que compareçam mais vezes a esta Assembleia para colocarem aqui as suas questões e problemas. Nós apoiamos sempre essas decisões e esse voluntariado, de aqui aparecerem e, era bom que se estendesse a mais população de Albufeira. -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia inicia a Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 28/02/2008; -----
Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----
 Votos Contra: zero (00) -----
 Abstenções: quatro (04) Nelson Melo, Euridice Vieira, Carlos Gabriel e Ana Simões. ---
 Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----
A acta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
 Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO E QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão do Orçamento para o ano 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
 Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 5ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----
Presidente da Assembleia – Eu tenho aqui uma questão que é esta: os Senhores receberam a convocatória com estes pontos, a 5ª revisão das grandes opções do plano e do orçamento para 2008 e, agora, na terça-feira, em reunião de Câmara, houve aqui uma alteração em relação àquela que vos tinha sido enviada antes. Ou seja, está aí nos dois parágrafos, em itálico, as alterações que constam ao que eu vos tinha enviado, que

é, no fundo, retirar a verba correspondente ao adiantamento à Polis de Albufeira, na questão dos valores atribuídos às quatro lojas a construir, que aliás consta do ponto 11, que foi solicitado pela Câmara Municipal para ser retirado da convocatória. Portanto, é retirar isto do orçamento e a outra alteração é, a inclusão do montante de dezassete mil euros relativo ao projecto de comparticipação nas obras de construção de um pavilhão na Aldeia Columbófila para a cidade Columbófila de Albufeira, que por lapso não foi considerado o correspondente valor. São as duas alterações que existem relativamente àquele que vos foi enviado em devido tempo. Para colocar isto a discussão e deliberação, antes de o poder fazer, na minha opinião, se alguém tiver dúvidas sobre a minha opinião que o diga. Eu bem entendo que isto deve ser votado antes á admissão de ser discutido a 5ª revisão do orçamento e das grandes opções do plano com esta alteração introduzida, que vos foi agora entregue e, terá que ser admitida com dois terços dos Membros da Assembleia. Isto é um assunto que tem a sua urgência. Terá de ser votado a admissão desse assunto como assunto urgente, dois terços para ser admitido, depois proceder-se-á, se for caso disso, à discussão. -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA ALTERAÇÃO À 5ª REVISÃO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífarro, Hélder Sousa, José Cabrita, Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

A proposta foi admitida, de seguida o Presidente da Assembleia coloca os pontos à discussão em simultâneo e a votação será feita separadamente. -----

Francisco Oliveira – Antes de iniciar a discussão, eu gostaria de colocar à consideração do Sr. Presidente e obter uma resposta, sobre a intenção inicial de adquirir e esta agora, de não adquirir. Até porque no último ponto que estava aqui para discussão, era uma das questões que eu queria colocar, qual a intenção da aquisição destas lojas e qual o objectivo da aquisição das mesmas. -----

Presidente da Câmara – A intenção de adquirir mantém-se, só que o timing até final do ano não é possível o cumprimento, o pagamento, porque há aqui procedimentos e então, já foi deliberado em reunião de Câmara e optou-se por fazer assim e ser depois feita uma possível nova revisão orçamental. E aproveitou-se para introduzir a verba à Columbófila porque estava no documento inicial, no texto, e não estava depois no orçamento. Estava na rubrica mas não estava identificado. -----

Francisco Oliveira – A segunda parte da pergunta era, qual o objectivo na aquisição destes imóveis, e estas lojas a que eram destinadas? -----

Presidente da Câmara – O objectivo é a Câmara adquirir património que depois pode ser usado em serviços públicos ou outros. -----

Fernando Neves – Se me permite é só para perguntar, a incluir este montante de dezassete mil euros para um projecto de comparticipação nas obras de construção de um pavilhão na Aldeia Columbófila, é mesmo para um pavilhão ou é a sede para a associação. Porque eu tenho a sensação que, no orçamento ou nas grandes opções do plano, falava-se nisto em termos de sede. Vão ser meia dúzia de pessoas a utilizarem este pavilhão. -----

Vereador José Rolo – Eu posso responder a isso, até porque estou de alguma forma ligado não só à feitura do orçamento e a esta rectificação, e à relação que tive com a associação Columbófila de Albufeira. Relativamente a isso, é uma nova sala, quando falo de um pavilhão é uma pequena sala pré-fabricada que eles querem fazer, até no sentido de fazer escolas para os jovens irem ver como funciona os pombos correio, como trabalham. É mais no aspecto educativo, segundo escreveram e me disseram, e com certeza que acreditamos que seja realmente assim. É apenas nesse sentido, segundo informações da direcção desta associação. E o valor é insignificativo, relativamente pequeno. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: 5ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2008 -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: oito (08) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: 5ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2008/2011 -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: oito (08) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO QUINTO E SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano de 2009; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2009-2012; -----

Presidente da Assembleia – Fazemos a discussão conjunta e a votação em separado. Passo a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira – Após a análise do documento do orçamento, levantam-se aqui algumas questões que gostaríamos de colocar e ver se existe alguma resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara. Verificamos que no Orçamento de 2008 houve um valor de dezoito milhões de euros de despesa capital e que para 2009 se orçamentaram cerca de trinta e cinco milhões de despesa de capital. Em anos anteriores, o que nós verificamos é que, nunca foram executados mais de vinte milhões de despesa de capital. Portanto, achamos que há aqui uma enorme orçamentação relativamente às obras mas que entendemos de difícil execução. E difícil execução porque, o que mostra os anos anteriores é que na verdade o executivo tem executado cerca de 60% do que se propõe executar. Verifica-se também, algo que é preocupante o saldo de gerência a atirar para cerca de trinta milhões de euros. Ou seja, nós vamos ter trinta milhões de euros que não foram executados e têm vindo a somar-se a valores de anos anteriores. O que pensamos é que, no próximo ano, 2009 para 2010, temos com certeza um saldo de gerência muito superior e, portanto, entendemos haver aqui uma contradição que é o facto de, por um lado, neste orçamento, se dar a tónica de que se vão descer os impostos municipais mas, por outro temos saldos de gerência não executados que transitam para o ano a seguir com encargos pesadíssimos sobre a população, nomeadamente sobre esses mesmos impostos municipais. Há certa de mês, mês e meio, aquando da nossa última Assembleia, aprovamos aqui um empréstimo de dezoito milhões de euros para construção de parte de grandes obras do município. Portanto, vemos com alguma dificuldade e com alguma preocupação, estas contradições. Ou seja, por um lado temos saldos de gerência relativamente elevados, temos percentagens de execução relativamente baixas, ou pelo menos não muito elevadas e empréstimos bancários de valores consideráveis, no caso dezoito milhões de euros para pagar em cerca de vinte anos e que oneram o município. A nossa pergunta é, saber se a intenção é continuar a amealhar valores sem que os mesmos sejam dispendidos e, por outro lado, contrair dívida pública que prejudicará os munícipes que daqui a uns anos terão que pagar esses encargos relativos a estes empréstimos. Portanto, esta incongruência no que diz respeito ao Orçamento que é por um lado, “vamos lá baixar os impostos” mas depois verificamos que no que diz respeito aos IMIs e aos IMTs se verifica um aumento tendo em consideração o número de habitações e tendo em consideração que está previsto um aumento de cerca de 20%, volto a referir, é incongruente com aquilo que é a perspectiva, pelo menos referida pelo Sr. Presidente e referida neste Orçamento, de que haveria que atribuir o valor às famílias e retribuir às famílias, ou retirar esse peso da carga fiscal às famílias. Assim não entendemos! Entendemos que, na verdade, é um Orçamento que penaliza ainda mais as famílias e os munícipes, com a gravidade de continuarmos a transitar valores de um ano para o outro e, de os mesmos não serem devidamente executados. -----

Presidente da Câmara – Só quero dar aqui uma nota, porque lendo o documento dessa forma, pode parecer que nós andamos aqui a estalar o dedo e a fazer que faz. Se quiser tomar nota e somar, as obras adjudicadas, a iniciar em Janeiro e já em execução, temos: a entrada da cidade que eu referenciei há bocado, oito milhões de euros; temos a intervenção na Torre da Medronheira, Caminho da Zefa, obra adjudicada, um milhão e meio de euros; temos a Av. 25 de Abril nas Ferreiras, entre a rotunda e a Malhada Velha, cerca de dois milhões de euros; temos o Pavilhão Desportivo, que se lançou a primeira pedra na terça-feira, cerca de quatro milhões e oitocentos mil euros; o parque de estacionamento P6, a iniciar no mês de Janeiro, cerca de quatro milhões de euros; a rede de esgotos do Vale da Ursa, já adjudicada, cerca de um milhão de euros; o edifício administrativo em Vale Pedras, já adjudicado, por dois milhões e duzentos mil euros; o Pavilhão Gimno-desportivo dos Olhos d'Água, agendado para a reunião de terça-feira para adjudicar, dois milhões e cem mil euros, isto dá cerca de vinte e seis milhões de euros; a escola de Vale Pedras, de dois milhões e trezentos, do qual um milhão é da responsabilidade da câmara Municipal; a Urbanização da Surfal, cerca de quatrocentos mil euros; a valorização da Maria Luísa por cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros; as estradas em Paderne, cerca de trezentos e cinquenta mil euros; a pavimentação da Rua Gil Eanes, cerca de trezentos mil euros, eu já vou perto dos trinta milhões de euros; além da 5 de Outubro que está em execução; a Cândido Reis. Eu não estou a falar de projectos, nem ideias, estou a falar de obras adjudicadas com contratos executados, com consignação a serem feitas nestes próximos dias, inícios de obras e outras já em construção, todas elas estruturantes num contexto daquilo que Albufeira precisa. Portanto, isto é para lhes dar uma ideia de que, obviamente, é um Orçamento, é um plano de actividades, onde as obras têm que ser feitas, têm que ser pagas, porque não vamos correr o risco como municípios que estão um, dois anos para pagar os empreiteiros e andam todos à porta a fazer fila para ver quem é que recebe alguma coisa, temos a Câmara estabilizada. Em termos das contribuições autárquicas e daquilo que é fácil falar, a Lei diz que se pode ir a oito e a cinco, nós estamos no seis e no quatro e, além disso, embora seja para 2010, nós quisemos dar um sinal evidente no IRS. E fomos acusados de demagogos quando entendemos que os munícipes de Albufeira em 2010 estavam isentos de IRS, por todos. Portanto, isto é uma forma de ajudar as famílias, contribuir para essa diminuição. E se nos formos fazer uma avaliação dos municípios sobre os IMIs e os IMTs, são raros aqueles que têm taxas tão baixas como nós temos. Agora, uma coisa é certa, estes valores que aqui estão têm de ser, obviamente, assumidos em função das receitas, porque nós estamos num concelho que tem cinquenta a sessenta mil habitantes, mas temos que construir infraestruturas para quatrocentos mil. Albufeira vive do turismo e tem que ter depósitos de água suficientes, acabamos um no Páteo recentemente, temos de fazer saneamento para quatrocentas mil pessoas, temos de fazer recolha de lixo para quatrocentas mil pessoas, porque a imagem de Albufeira é em função das quatrocentas mil. Temos que fazer escolas porque a taxa de natalidade de Albufeira é a maior do país e temos que investir, claramente, nos equipamentos, nas infraestruturas. Isso não se faz sem se ter as verbas, porque o Quadro Comunitário

de Apoio, a única verba que vai dar para Albufeira é um milhão de euros para a escola que já começou e vai estar pronta no próximo ano lectivo, porque do resto não vamos ver mais nada. E estas são as opções que nós temos, ou fazemos e pagamos, ou então fazemos como os outros fazem, que fazem Orçamentos e Planos de Actividades inflacionários, põem receitas como se fossem vender terrenos que não existem e andam ali sempre a fazer que faz, sempre com Orçamentos completamente desconstitucionalizados. As críticas, obviamente, as vossas preocupações, as vossas ideias, a democracia, funciona assim, mas, o que eu estou aqui a dizer são situações práticas, objectivas, e nós temos as situações financeiras estabilizadas, queremos assumir estas obras, são importantes para a vida dos Albufeirenses, para a promoção turística desta cidade e deste concelho, e por outro lado, uma preocupação muito grande, a valorização das freguesias todas, obras em todas as freguesias, em tempos, como sabem, havia freguesias que não tinham, praticamente, investimento nenhum. A nossa postura é do equilíbrio, é procurar enquadra-las e valoriza-las, porque Albufeira é, claramente, um concelho onde o equilíbrio e a sustentabilidade têm que funcionar. Portanto, são estes números que eu queria deixar para informação àquilo que o Sr. Deputado, me perguntou. -----

Francisco Calhau – É só para reafirmar o que o Sr. Presidente da Câmara acaba de dizer. É um facto, o executivo tem a preocupação e tem conseguido manter uma política de contenção financeira, uma contenção da despesa bastante realista, mas isso não tem impedido o executivo de realizar as obras que deve realizar. O município utiliza a capacidade de endividamento que é aprovada, sem com isso penhorar os interesses futuros, porque na realidade, para além de utilizar essa capacidade de endividamento ainda apresenta saldos de gerência, o que significa que as questões estão perfeitamente controladas. E depois, há três ou quatro grandes números que são interessantes de verificar e que mostram essa solidez da gestão que o município tem através deste executivo camarário, que é o facto de, apenas ter utilizado cerca de 75% das receitas correntes em despesas correntes, que nessas despesas correntes, as despesas de pessoal representam cerca de 20%, o que mostra o equilíbrio perfeitamente estável, sólido, do que é a gestão financeira. Realce-se ainda a preocupação de não fazer previsões eleitoralistas, porque na realidade, os valores reais das receitas têm ultrapassado sistematicamente as previsões. Mas com valores realistas, também não tem havido uma intenção de reduzir nas previsões para permitir que as receitas, depois, em termos reais, sejam superiores. Verifica-se que existe algum realismo, bastante sólido, nessa política do Executivo e, portanto, compreendemos, em certa medida, a análise política da oposição sobre os números. É um facto, o Executivo tem, o Presidente o diz e os números que aqui se apresentam, denotam uma solidez bastante grande o que vai permitir encarar o ano com alguma segurança. -----

Ricardo Clemente – Daquilo que o Sr. Presidente disse, de facto, cheguei à conclusão de que o PS tem feito críticas e tem feito as críticas certas. Isto porquê? Porque, parece que tudo vai acontecer a partir de agora. E não é isso que acontece. Acontece é que o Sr. Presidente já é Presidente da Câmara em exercício há sete anos e, de facto,

se quer exercer todos esses projectos no ano 2009, ou não planeou atempadamente, correctamente, no início da sua tomada de posse há sete anos atrás tudo aquilo que previa, queria e pretendia para o concelho de Albufeira, ou então, como 2009 é um ano eleitoral, procura sim, tirar e capitalizar esse ano para conseguir que o PSD ganhe as eleições. Dai ser um Orçamento que, digamos, tem em vista o acto eleitoral 2009 e não concordamos com ele, naturalmente. Quando existe uma transferência de trinta milhões de euros, de facto, é de espantar, mas já nos habituou aos desvios que têm sido constantes nos Orçamentos, cerca 20/30% entre o orçamentado e o executado, dai não é estranho para nós. -----

Francisco Calhau – Atacar o Executivo de realizar obras no ano eleitoral é atacar o Governo de querer fazer o que pretende fazer para acudir àquilo que chama à necessidade de o Estado assumir uma responsabilidade perante as empresas que estão em situações difíceis e, portanto, querer lançar grandes obras precisamente nesse ano, que também é eleitoral. Estou aqui a deduzir que o PS critica o PS a nível central de estar a fazer essa medida. Isto numa análise política. Agora, numa análise a nível daquilo que estamos aqui a abordar, parece-me que o que é importante, é algo que há pouco não disse mas gostaria agora de colocar para chamar a atenção a isso, é que o Sr. Presidente da Câmara tem assumido como ponto de honra deste executivo o de honrar, a tempo e horas os seus compromissos para com os fornecedores deste concelho. E como todos sabemos, num ano de crise como o que aí vem, isso é das coisas mais importantes que se pode fazer. Só isso por si só, manter essa política, manter obras, fazer obra, como está a ser criticado, e manter com os fornecedores a suas contas em dia, eu acho que é um bom exemplo que se pode dar a toda a região e a todos os outros municípios. Se isso acontecer significa que a nível da região, a maior parte dos fornecedores e dos agentes que trabalham com o município de Albufeira, poderão estar descansados. -----

Francisco Oliveira – Eu compreendo perfeitamente essa referência ao PS mas acho que nada tem a ver e não é comparável. Não é comparável até porque em termos macroeconómicos, o que vai acontecer é que o PS se propõe mesmo aumentar o défice para que se possa injectar dinheiro na economia. O que acontece na Câmara de Albufeira, como o Senhor já disse e com toda a razão, realmente os fornecedores estarão pagos e estará toda a gente assegurada e mais, temos trinta milhões trazidos de um ano para o outro e que estão no banco. Ora, se a intenção é dinamizar a economia e é pô-la a funcionar, então execute-se o Orçamento integralmente, ou pelo menos, já não digo a 100% mas dentro das possibilidades, chegando aos 90 ou 100%, execute-se então esse Orçamento, e empenhe-se a ajustar esse montante. Agora, não me parece é que esta comparação seja feliz. Que enquanto o Governo nacional se vai endividar de certa maneira, ou vai fazer crescer o défice para promover a economia, nós aqui estamos a fazer exactamente ao contrário, estamos a ser profundamente conservadores. Está bem que se avizinha um ano difícil, então, vamos ficar com o dinheiro no banco, vamos continuar a cobrar, vamos pensar que ainda para mais os impostos podem descer cerca de 20% e vamos ver como é que chegamos ao final de 2009, se calhar não com um saldo transitado de trinta milhões, mas de quarenta ou

cinquenta milhões. Isso não faz bem à economia do município porque o dinheiro é retirado ao município seja por via do IML, seja por via de outras derramas ou de outros impostos municipais e não é reposto na economia, pelo menos para a economia local. E é nesse sentido que parece que há aqui uma grande divergência. -----

Adriano Ferrão – Boa noite. Eu só queria refutar aqui, nesta Assembleia, tudo o que o PS disse, nomeadamente que este ano eleitoral é um ano em que o executivo coloca tudo em jogo e faz os seus investimentos emergirem tendo em vista precisamente só o voto. Isso parece-me completamente injusto e inverosímil porque realmente basta nós termos passeado pelo concelho, ao longo destes sete anos, e observarmos o que é que foi realizado em obras feitas e que são utilizadas por todos nós. Lembro escolas, biblioteca, creches, centro de dia, o “Giro”, as piscinas, a requalificação de várias artérias, a central de camionagem, as vias rodoviárias, e o próprio desenvolvimento harmonioso das freguesias, enfim, que lembro aos Senhores que também é notável. Ora, isto foi feito em vários anos, foi sucedendo ano a ano, sem uma ligação directa às eleições. E depois, temos o investimento nas pessoas. O investimento nas pessoas é para mim imensamente importante. O investimento nas pessoas, tem sido feito na formação. Muitas pessoas beneficiaram, e por vezes isto não é assim tão visível, mas se nós tivermos um certo cuidado podemos observar, que o trabalho dos funcionários dentro da Câmara tem sido alvo de uma atenção e formação constante decorrente em vários centros de formação e isso é também de valorar. Muitas das vezes é acusado o município de gastar dinheiro com os funcionários. Ora, esse dinheiro tem de ser gasto e justifica-se. Quantos mais serviços a Câmara vai ter, mais empregados necessita, mais funcionários vai ter, e como tal, parece-me lógico que esse dinheiro seja gasto. A obra está feita, a obra tem sido feita, a obra é visível a todos os Albufeirenses, estamos cá para olhar o mundo e só quem não vê é quem não quer e por isso, parece-me extremamente injusto a observação feita pelo Sr. Deputado. Tenho dito. -----

Paulo Freitas – O que temos aqui, quer relativamente ao Orçamento, quer às Grandes Opções do Plano, são críticas que se vêm acumulando e que se vêm repetindo ao longo destes últimos sete Orçamentos. Mas a verdade é só uma: Uma vez aqui chegados, a conclusão é de que a sua execução é boa. Uma vez aqui chegados a conclusão é de que as obras foram executadas. Uma vez aqui chegados a conclusão é de que a saúde económico-financeira da Câmara Municipal de Albufeira é invejável. A conclusão a que se chega é que tem sido uma boa aposta do executivo ao longo nestes Orçamentos e, daqui a um ano, estaremos exactamente aqui a discutir as mesmas críticas, mas a discutir também, a mesma boa execução. Sinónimo disto é a valorização dos munícipes e da juventude e da agregação das pessoas à volta do concelho, da maior fixação de pessoas no concelho, um incremento a nível escolar e sócio-cultural das pessoas no concelho. Obviamente, isto só se faz com uma actuação como aquela que o executivo tem vindo a ter ao longo destes anos, apostando nas pessoas, apostando numa política orçamental que, sendo errada, resulta. E, obviamente, se é errada e resulta desta maneira, pois Sr. Presidente e Vice-Presidente, continuem, porque, erradamente vamos no bom caminho. -----

Francisco Calhau – Só gostava de referir também uma questão que é, nos últimos anos, que se tem verificado é que o estado Central, o Governo, tem transferido, umas vezes por acordo, outras vezes por decisão bilateral, um conjunto de competências para as Câmaras. Se não houver esse bom equilíbrio, se não houver essa tal folga, esse tal saldo, muitas das vezes as Câmaras, quando essas competências são transferidas quase unilateralmente criam graves problemas aos municípios. É previsível que grande parte das actuações que o Governo tem tido ultimamente para fazer face à crise, vai reproduzir-se mais uma vez na transferência de algumas das competências, nomeadamente na Educação, para o município. Portanto, cá estaremos provavelmente para o ano para ver que esta forma que agora se fala até é bem vida, se calhar estamos em melhor condições que outros municípios, para além de continuarmos a fazer obras, para absorver mais competências que vão ser transferidas. -----

Francisco Oliveira – Perante estas declarações, a minha pergunta é só uma, é que, na verdade sou capaz de concordar que na perspectiva da Câmara Municipal, o Orçamento está a ser bem gerido, mas se nos pusermos na perspectiva do munícipe, é capaz de não ser entendido da mesma forma. Se perguntar ao munícipe que paga seus os impostos e que entrega à Câmara Municipal, por via directa ou indirecta, determinado valor, gostaria de saber a forma como ele é gasto. Agora, se lhe é dito “esse dinheiro não é gasto e vai ficar” porque em termos de futurologia eventualmente irá acontecer alguma coisa daqui a alguns anos, então há aqui qualquer coisa que não está bem. A Câmara, de facto, está muito bem, está saudável, tem trinta milhões que eventualmente pode disponibilizar, mas esses trinta milhões foram á custa do munícipe. É interessante verificar esta situação. Se vir isso na perspectiva do munícipe, com certeza que não vão dizer, “estou muito contente por estar a pagar a mais, por a Câmara Municipal não executar esses montantes e deixar que eles fiquem para aquilo que venha a acontecer”. Não parece que essa seja a melhor gestão. Pode ser a melhor gestão para quem está no executivo, porque tem uma almofada, porque está à vontade mas, com certeza, não será a melhor gestão para o munícipe. -----

Francisco Calhau – Só gostava de referir também uma questão que é, nos últimos anos, que se tem verificado é que o estado Central, o Governo, tem transferido, umas vezes por acordo, outras vezes por decisão bilateral, um conjunto de competências para as Câmaras. Se não houver esse bom equilíbrio, se não houver essa tal folga, esse tal saldo, muitas das vezes as Câmaras, quando essas competências são transferidas quase unilateralmente criam graves problemas aos municípios. É previsível que grande parte das actuações que o Governo tem tido ultimamente para fazer face à crise, vai reproduzir-se mais uma vez na transferência de algumas das competências, nomeadamente na Educação, para o município. Portanto, cá estaremos provavelmente para o ano para ver que esta forma que agora se fala até é bem vida, se calhar estamos em melhor condições que outros municípios, para além de continuarmos a fazer obras, para absorver mais competências que vão ser transferidas. -----

Fernando Cabrita – Eu acho que deve haver, pelo menos um pouco de cuidado neste tipo de critério, está errado mas resulta, então transfiram trinta e cinco, cinquenta ou cem. -----

Francisco Oliveira – É que, realmente, a forma como é colocada a questão, dá a entender que, “vamos continuar então a fazer esta execução como temos feito até agora”. Perante os últimos sete anos a execução que demonstrou, é que há sempre um saldo transitável, portanto, continue-se a fazer exactamente nos mesmos termos e continue-se a cobrar mais do que aquilo que é necessário, e continue-se a executar entre os 50, 60 ou 70 %. A questão que eu coloco é, “O que é que irá acontecer no final de 2009?” Teremos um saldo transitável não de trinta milhões, mas de quarenta ou quarenta e cinco milhões, para eventuais situações futuras? Continuamos outra vez na mesma situação. Aqui não está a questão da obra, não está a questão daquilo que se possa fazer com os valores que estão em saldo, mas sim a boa gestão desses mesmos valores. Não me parece, continuo a afirmar, que ter dinheiro em carteira seja uma boa solução. E também não concordo quando o Sr. Deputado diz e faz a referência, “gastar”. Não é gastar, gastar por gastar não é com certeza a melhor solução. Agora, fazer com que esse dinheiro brote na economia e possa permitir tomar uma decisão em termos da própria economia, é sem dúvida a melhor solução para que a economia funcione e que os municípios tenham uma melhor qualidade de vida. -----

Francisco Calhau – O executivo tem uma boa política no concelho, em termos de investimento. Cria condições para que todos os diferentes agentes que actuam no concelho consigam gerar mais receitas. Se eles conseguem gerar mais receitas naturalmente que há uma melhor cobrança dos impostos que provem dessa actividade. Chegamos à conclusão que uma política correcta, os agentes que operam no concelho são incentivados a ter maior actividade e se essa maior actividade gera mais receita, estamos no bom caminho. Portanto, parece-me que o que se passa aqui no nosso concelho, é bom que fique claro, é que esses saldos que aparecem não são saldos resultantes de inactividade, não são saldos resultantes de não decisão sobre obras que poderão ser feitas. As obras são feitas, tudo o que é necessário é feito, e ainda há saldos. Significa que, é bom trabalhar nestes conceitos, gera trabalho, gera postos de trabalhos, gera impostos e gera novas receitas para o concelho. É precisamente isso que se pretende com a economia no concelho, é que todos consigam beneficiar com esta actividade e, quer se queira ou não, os números que aí estão demonstram de facto este tipo de ciclo positivo da economia dentro do concelho que se está a verificar e, portanto, não há volta a dar. -----

Paulo Freitas – Ao longo desta discussão perdi-me um bocado, não percebi, em determinado momento, se estávamos a discutir a execução de 2008 ou se estamos a discutir o Orçamento para 2009, porque, efectivamente, ao longo da discussão confundimos os conceitos. Se criticamos 2008, parece que não é criticável, se estamos a criticar o Orçamento para 2009, ora, o Orçamento não deixa de ser isso mesmo, é uma previsão e o que irá acontecer no final de 2009. Duas coisas irão acontecer em 2009, uma é certa, teremos as eleições, esse será o supremo dos julgamentos relativamente às execuções orçamentais ao longo destes quatro anos e irá depois haver uma discussão, esperemos não tão acalorada quanto esta mas, efectivamente, iremos chegar à mesma conclusão, ou seja, errada ou não, critique-se ou não, é que a execução é boa e o resultado é óptimo. O município tem dinheiro, o município faz obra,

as pessoas têm qualidade de vida, os serviços funcionam, efectivamente pode custar um bocado e pode-se não compreender muita coisa, mas a verdade é que, isto é assim, é a verdade nua e crua sobre a execução orçamental; não só dos números mas também das expectativas das pessoas que habitam e das pessoas que visitam o concelho e que tanto quanto se irá perceber não são falácias, isso são os números e os índices em que Albufeira aparece, sempre bem colocada, a nível de qualidade de vida, a nível de pagamento aos seus fornecedores, a nível de execução, a níveis de escolaridade e no incremento da população residente. Eu gostava de arranjar críticas para isto mas vou deixar ficar por aqui. -----

Francisco Oliveira – Era só para esclarecer o Deputado Paulo Freitas, de que para se fazer uma crítica ou, eventual crítica, ao Orçamento 2009, temos de ter em consideração tudo até à data, portanto é natural que a gente fale do Orçamento 2008. Isto é dos livros, é simples, é linear. Ou seja, para nós percebermos aquilo que possa vir a acontecer e que seja a prática deste executivo, temos que ir aos anos transactos. Os anos transactos dão-nos a ideia, primeiro de que a execução orçamental não é conseguida integralmente, nem tão perto. E já que o Sr. Deputado referiu que realmente estamos nos melhores índices, esqueceu-se de referir um, foi, de facto, aquele que dá indicação do índice de maior número de impostos per capita. -----

Francisco Calhau – Eu acho que a execução orçamental tem sido conseguida. Em 2007 tem uma execução de sessenta e nove mil e em 2008 ainda não acabou. Eu acho que se tem conseguido, relativamente à previsão. -----

Vereador José Rolo – Como também sou responsável pela feitura deste documento e todos os outros que tem vindo para trás. Pode-se dizer muita coisa, dependendo da perspectiva, da interpretação e da leitura que se faz das situações, mas a interpretação não é necessariamente a dos Deputados Francisco Oliveira, Ricardo e Fernando Cabrita, se me permitem. Não é necessariamente a mesma interpretação que nós temos, obviamente, compete a eles fazerem oposição, mas deve-se fazer oposição um pouco mais realista, um pouco mais séria no sentido da observação dos factos. E observando os factos diz que, aqui na caixa dos anos anteriores, eu convido a consultar o Anuário financeiro das obras e locais, um estudo feito pela Universidade do Minho em Braga, onde refere, nestes três últimos anos, não consideraram o ano de 2008, obviamente, os vários quadros, vários indicadores positivos e alguns deles negativos, convido a verificar em que posição está Albufeira nos catorze ou quinze indicadores positivos e em que posição está Albufeira nos sete ou oito indicadores negativos e daí, tiram uma conclusão sobre a taxa de execução global do Orçamento 2007 em termo de despesa. É isso que temos de observar, porque quando se fala em receitas de investimento, obviamente todos nós sabemos, o investimento é um termo muito vago, muito abrangente e podemos apenas observar o investimento em termos de obras, mas eles têm sido feitas. E concretamente àquilo que o Ricardo disse, não é verdade que o executivo só está a programar obras para este ano, com certeza, já as fez nos anos anteriores. Faço lembrar, numa das áreas que me toca, para além daquelas que é a parte da gestão financeira, obras particulares, que não se vê obras obviamente para isto, mas vê-se obras na habitação, eu convido a verificar todo o investimento que já

foi feito em termos de obras, físicas, relativamente nas escolas deste concelho. Em sete anos é a quarta escola que estamos a construir de raiz, as salas de jardim-de-infância já aumentamos em 100% relativamente à oferta que havia anteriormente, em termos de equipamentos, então, nem vale a pena falar, os quadros interactivos, não faço promessas de dois quadros interactivos por cada escola, é um quadro interactivo por cada sala de aula, que é um pouco diferente. Em termos de ampliação de escolas, também não se fala, bibliotecas escolares, tudo isso, era conveniente às vezes fazer uma visita pelas escolas porque acho que não conhecem alguma coisa. Sr. Deputado, fez aqui uma afirmação de que o Governo nacional se vai endividando, uma vez que vai aumentar o défice, ora, a Câmara Municipal de Albufeira, seguindo esse princípio, no fundo com os dezoito milhões de euros de empréstimo também vai utilizar uma parte da sua capacidade de endividamento. Mal de nós, e com certeza que seria útil, bom para alguém, se calhar estarmos aqui agora a dizer que não temos saldo nenhum a transitar deste ano segundo significava aqui alguns dos compromissos que tivemos agora neste ultimo mês, porque para os serviços é impossível pagar tudo até ao dia, obviamente que é. Neste momento estes trinta milhões já não serão trinta milhões, já serão à volta de vinte milhões. Com certeza que estaremos numa situação muito mais confortável do que estão algumas Câmaras deste país, em que a taxa de execução é de 20% ou 10%. Como o Presidente de Câmara disse há pouco e, é verdade, põem lá terrenos e alguns nem existem à venda, e ficam vinte, trinta anos no Orçamento. Acho que era o que se fazia aqui, nalguns anos, não é só noutros lados. De há sete anos para cá, lamentavelmente para alguns, não se tem feito. Em termos de execução de Orçamento era isso que eu queria dizer, sobre os impostos já foi falado. ----- Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: ORÇAMENTO PARA 2009 -----

Votos Contra: oito (08) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009-2012 -----

Votos Contra: oito (08) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Fernando Neves. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífar, Hélder Sousa e

José Cabrita. -----
 Ausências: três (03) Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----
A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Regulamento da Biblioteca Municipal com a alteração introduzida pela deliberação camarária de 18 de Novembro, tal como determina a alínea a) do n.º 2 do Art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----.

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Neves, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pifaro, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: quatro (04) Adriano Ferrão, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de declaração de utilidade municipal do Parque de Estacionamento Subterrâneo, sito na Rua do Parque, freguesia dos Olhos de Água, concelho de Albufeira, erigido pela "Sonintur, SA; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Neves - Antes de me pronunciar sobre esta proposta, gostaria de focar aqui duas coisas. A primeira é, se a isenção pedida por esta firma é imperativo que, no 3º artigo mereceu parecer favorável da Câmara Municipal em relação a este pedido, se a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis pelo período de vinte e cinco anos e de isenção total ou parcial? A segunda é para mandar verificar e chamar a atenção para o seguinte, parece-me que aquela rua não é a Rua do Parque mas sim Rua da Ladeira. Está aqui o Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água que é capaz de confirmar. ---

Presidente da Assembleia - Se é Rua do Parque ou da Ladeira, isso eu não sei. Em relação à primeira pergunta que o Senhor colocou, a ideia que eu tenho sobre essa matéria, daquilo que li e me apercebi, é que nós não vamos conceder isenção, nem total, nem parcial, nem por cinco, nem dez, nem por vinte e cinco anos, nós aqui, a nossa deliberação, fica estrita apenas à declaração ou não de utilidade municipal, para que a requerente Sonintur possa depois tratar do processo a nível de finanças. Quem irá

deferir o processo ou não, tanto quanto eu me apercebi, será depois a repartição de finanças. Nós aqui é, apenas um passo da instrução do processo, dizer se tem interesse municipal ou não tem interesse municipal. Se tiver interesse municipal o processo tem pernas para andar até às Finanças, pode parar lá, não sei, se não, morre já aqui, se não houver uma deliberação nesse sentido, para a declaração de utilidade municipal. Parece-me que é esse o procedimento, mas tenho aqui outros colegas que também viram isso. -----

Fernando Neves – Não sendo jurista e vendo em termos não legais esta situação, também podemos ver na nossa opinião, parece-me ser ainda mais grave. Quando se vai deliberar aqui uma situação deste tipo, sem saber, depois, ou as Finanças ou outro órgão qualquer é que vai deliberar se a isenção é sobre o parque de estacionamento ou se é sobre o conjunto de fracção que lá existem. -----

Presidente da Assembleia – Não, não! A deliberação é só sobre o parque! -----

Fernando Neves – A deliberação é só sobre o parque e, depois, nós vamos deliberar se é de utilidade pública. Isto faz-me lembrar o seguinte: todos se lembram, aqui há cerca de um ano, aparecer aqui um abaixo-assinado dos moradores da Quinta da Palmeira para pedir, não uma isenção mas uma redução de Imposto Municipal, e a maioria PSD chumbou. Nós pensamos e entendemos que fazem falta parques de estacionamento no concelho de Albufeira, naturalmente. Mas há outra situação que no nosso ponto de vista é bom analisar, o parque vai ser pago com o tempo, vai ser cobrado uma taxa para poder colocar lá o carro, há partida penso que sim e, isentar uma firma com poder económico, por vinte e cinco anos para explorar o parque, quando nós temos no concelho de Albufeira munícipes que já colocaram aqui problemas desse género e por dificuldades económicas nem sequer foram pedir isenção foram pedir uma redução e ir isentar esta firma que, com certeza, vai ter a isenção, isto é um negócio. Tem lá trezentos e cinco lugares, cobram “x” por hora ou por dia, e fazem o negócio ali estando isento de qualquer contribuição autárquica durante vinte e cinco anos. Parece-nos exagerado. É esta a nossa posição em relação a isto e vamos votar contra esta proposta. Defendemos a isenção, defendemos os parques em Albufeira mas, temos de ter em atenção, isenções, pagamentos, de firmas que podem pagar contribuições e que neste caso revertem a favor da autarquia. O IMI é a favor da autarquia. Vinte e cinco anos, é muito. -----

Francisco Calhau – Entendo que já foi dito, há pouco, pelo Sr. Presidente o que nos compete aqui dizer sobre o assunto, se é ou não de utilidade pública municipal. Na realidade se, um determinado parque ajuda a regular o estacionamento na cidade, que é o que aqui está em causa, devemos aprovar. Se nós tivermos a certeza que sim, decidiremos de acordo com a nossa consciência, consideramos que é ou não de utilidade municipal e, a partir daí, tudo o resto que estamos aqui a discutir já não é da nossa conta, a Lei prevê quais os passos seguintes, a partir daí. -----

Francisco Oliveira – Não me parece que seja exactamente a questão da competência, até porque a proposta da Câmara Municipal faz referência a Lei das Finanças Locais, permite que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conseguir isenções totais ou parciais relativamente aos

impostos e a outro tributos próprios. Cabe à Câmara Municipal e ao seu executivo e depois, à Assembleia Municipal, votar isenções parciais ou totais, como aconteceu, por exemplo, com a questão do IRS e IRC e como aconteceu com a fixação das taxas de IMI e outras taxas que, realmente, cabe à Câmara Municipal fazer a proposta. Não está aqui em causa a questão em si, seja a Câmara Municipal, seja o serviço de Finanças, o que é facto é que vai ser a Câmara Municipal a deixar de receber estes valores. Seja um a deliberar ou seja outro. Sendo um imposto local como ela aí diz, naturalmente, a competência para a sua isenção total ou parcial, parece-me a mim, cabe à Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia – Também fiquei um bocado com essa ideia da leitura que fiz. Aliás, o que nos é submetido a deliberar -----

Fernando Neves – Também na nossa opinião, dêem as voltas que derem, se derem uma isenção a esta firma, a receita da Câmara não entra, dêem as voltas que derem. São juristas, sabem mais do que eu em relação a isso, mas vai dar ao mesmo. Declaram isto de interesse público, mas vai aparecer a situação de isenção e depois vai ser por vinte e cinco anos, e o resto é conversa. A questão é esta! Durante vinte e cinco anos, eles não vão pagar um “tusto” à Câmara de imposto municipal. E quando se pôs aqui a questão que eu foquei à bocado, a maioria PSD expôs as suas razões e lembrou que os moradores da Quinta da Palmeira, que é, ou era, considerado um bairro social, pagavam uma contribuição muito mais alta do que outros que moram em bairros sociais cedidos pela Câmara, pediam uma redução e não uma isenção, o PSD argumentou e argumentou, e chumbou. Os tipos vão estar vinte e cinco anos sem pagar à Câmara, e vão explorar um parque com trezentos e cinco lugares, já para não falar da importância que irão cobrar. É que se está aqui a beneficiar grandes lucros e quando se trata de pessoas com menores recursos, fecha-se a porta. É só isso. -----

Presidente da Assembleia – Em relação ao Francisco Oliveira. A questão de conceder isenções totais ou parciais, é diferente de uma declaração de utilidade municipal e, o que está aqui proposto é a declaração de utilidade municipal e seguir o processo vai para decisão do Chefe dos Serviços de Finanças. Portanto, não somos nós aqui que vamos decidir isso, aliás isso nem sequer está a deliberação, qualquer isenção total ou parcial. O que se está a deliberar é apenas a declaração de utilidade pública do parque de estacionamento subterrâneo dos Olhos d'Água. Mais nada. Não estamos aqui a isentar rigorosamente nada. Claro que o objectivo é que o processo possa seguir nesse sentido, sem dúvida, mas não estamos a fazer esse tipo de deliberação. -----

Paulo Freitas – Não podemos ir só à questão da Lei das Finanças Locais, temos que ir ao Regime Jurídico que institui o benefício e esse é, de facto, o Estatuto dos Benefícios Fiscais com a redacção de Junho deste ano em que diz, “ficam isentos de impostos municipais num período de vinte e cinco anos”. Nós não estamos a ultrapassar a Lei, nem a disponibilidade que nos é dada na Lei das Autarquias Locais, a actuação da Autarquia está compartimentada pelo Regime Jurídico dos Estatutos doas Benefícios Fiscais. Portanto, não podemos ir para além daquilo que aqui está, que a Lei dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, aprovados pela maioria PS diz que ficam isentos. Não diz que podem ficar isentos até vinte e cinco anos. Está aqui uma norma imperativa

relativamente a isto. Se houver isenção, são vinte e cinco anos! Nós, nesta Assembleia Municipal, não há muito tempo atrás, tivemos uma acesa discussão relativamente às questões dos parques de estacionamento e, se não estou em erro, não creio que tenha havido objecções, penso que tenha sido uma decisão unânime e ficou deliberado nesta Assembleia que a Câmara Municipal, ou pelo menos uma intenção, uma recomendação à Câmara Municipal, que a Câmara Municipal devia ter como intuito a promoção da iniciativa privada à construção de parques de estacionamento. Temos o exemplo mais do que prático dos concursos dos dois parques de estacionamento que foram adjudicados, foram ganhos por empresas que depois desistiram, porquê? Porque o investimento é brutal. Porque não há rentabilização em tempo suficiente para repor o investimento que é feito, e tanto assim foi que as empresas desistiram. E nessa sequência a Câmara Municipal assumiu a construção, ou tem intenção de assumir a construção de um parque de estacionamento. Queiramos ou não, há aqui uma questão meramente demagógica relativamente a isto, a Câmara Municipal de Albufeira que é acusada de gastar demasiado dinheiro em tudo mais, se for construir um parque de estacionamento também não recebe IMI. Não se vai cobrar a ele próprio, mas no entanto gastou dinheiro a construir. E mais, teria que adquirir o terreno, ou expropriá-lo. Portanto, há uma questão, a Câmara Municipal, o executivo, o erário público, não gastou um cêntimo a construir aquele parque de estacionamento. É sem qualquer margem de dúvidas, um equipamento que tem utilidade pública, ainda não ouvi essa crítica aqui e o benefício de quem visita aquela parte da freguesia dos Olhos d'Água e aquela parte do concelho de Albufeira. Não estou a ver outra solução que não aquela que lá está. Estou certamente convencido de que se houver outro parque de estacionamento, não estamos impedidos de a qualquer momento retirar a utilidade pública daquele equipamento. Que tem utilidade pública, tem! Perdoem-me aqui a expressão, que há uma certa demagogia dizer que o município não irá arrecadar o IMI correspondente, na minha opinião, se a Câmara o construísse também não o iria receber. Agora, há um maior benefício do que o prejuízo do interesse público. Porque se houvesse um grande retorno no investimento, estou convencidíssimo que nos casos dos dois parques de estacionamento que nós temos para construir no município de Albufeira, que também estavam isentos nesta Assembleia Municipal relativamente a isto, se não estou em erro também deliberamos a isenção para os privados que tivessem o intuito de investir nos parques de estacionamento e ficarem isentos desse pagamento no P1 e no P6. Estamos a discutir o interesse público só na base de que não foi a Câmara Municipal ou por concurso público que o construiu, foi um particular a ter esse interesse. Parece-me, de facto, que isto é uma falsa questão. A questão fundamental é que os comerciantes, que tanto queremos apoiar, daquela zona dos Olhos d'Água beneficiam e isso, perdoem-me, não há contra ponto. Estamos a criticar que queremos que as pessoas tenham facilidade de acesso, tenham facilidades de estacionamento, qualquer pessoa na freguesia de Olhos d'Água, ou qualquer comerciante ou habitante da freguesia de Olhos d'Água, fica beneficiado em primeira análise em detrimento dos outros, porque qualquer pessoa que visite os Olhos d'Água nesta altura consegue estacionar o carro, pelo menos por alguns minutos, agora no

verão, não consegue. Este investimento, o retorno que vai retirar presumo que seja mais uma questão de facilitação e de desagregação de pessoas a circular para a parte mais junto ao mar dos Olhos d'Água do que propriamente tirar dali benéfico económico. Face ao investimento que é, e segundo os dados que tenho relativamente a esta questão, quando houve os concursos públicos para o P1 e P6, reparei que dos orçamentos apresentados resultaria qualquer coisa como três mil contos o lugar de estacionamento, isto em trezentos e cinco lugares de estacionamento façam as contas, e a cobrar cinquenta cêntimos à hora, daqui a quantos anos é que estará o investimento suportado? Se a Câmara tivesse de construir aquele equipamento, quanto é que a Câmara gastaria? Se não pode ficar isenta esta questão, se a Câmara o construísse também não iria receber, portanto parece-me aqui uma falsa questão e uma questão de demagogia. -----

Francisco Oliveira – Era só para responder ao Sr. Deputado Paulo Freitas, quem agradeço a alocução e as declarações, mas não valia a pena porque nós já tínhamos decidido votar a favor. Portanto, para nós não é um problema de demagogia. Levantamos aqui a questão necessariamente técnica sobre, se era a Assembleia Municipal que deveria aprovar, se era o Serviço de Finanças, mas gostamos de o ouvir. No entanto, só para lhe dizer já agora, que na verdade a norma não é imperativa, a norma o que diz é que a Assembleia Municipal tem de se pronunciar, ou seja, o parque de estacionamento não é por si só alvo de isenção tendo a Assembleia Municipal que manifestar-se sob proposta da Câmara Municipal nesse sentido. Mas o nosso voto sempre foi a favor. -----

Fernando Neves – A nossa análise não é jurídica, é uma análise política. Não me apercebi quem é que estava a fazer demagogia, se era o PS, se era a CDU. Nós somos demagogos, nunca fomos, somos realistas. De qualquer dos casos, em termos de política, a análise que foi feita desta situação, é de facto, o favorecimento ao capital, porque o impacto do IMI é sobre cinquenta fracções, que é o que lá está e, o empreiteiro, ou quem fez aquela obra, fê-lo no intuito do lucro. Atenção, o parque já funcionou a receber dinheiro, o parque já abriu, não vai abrir agora, está fechado agora porque é Inverno, já estive lá os preços que cada utente teria que pagar. Então, a empresa que gere aquilo, naturalmente que vai pedir, a isenção é um lucro. E se tiver lucros daqui a cinco anos, é o que lhe interessa, não é daqui a dez, vinte ou trinta. É por esta situação que não estamos a favor, não é por demagogia, nem nada disso. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífarro, Hélder Sousa e José

Cabrita. -----
 Ausências: uma (01) Vítor Vieira -----
A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

O Membro Vítor Vieira regressa à sala. -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de subscrição pelo Município de Albufeira, de capital social da Sociedade “Globalgarve – Cooperação e desenvolvimento, S.A.”; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira – Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, ou eventualmente ao Sr. Vereador responsável: se há algum benefício, embora a gente saiba que o valor que está em causa são mil euros, portanto não é questão do valor, e se esse benefício se traduz no facto de, sendo accionista, qualquer tipo de estudo que seja pedido à sociedade, seja mais barato ou, tenha desconto em função do facto de ser accionista. Era só um esclarecimento. -----

Presidente da Câmara – É isso mesmo. E só faltava Albufeira e Vila do Bispo. -----

Não mais havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório, Fernando Neves, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífarro, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

O Presidente da Assembleia retira-se da sala, o Primeiro Secretário toma o seu lugar e apresenta o ponto seguinte. -----

PONTO DECIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de realização pelo Município de Albufeira, de prestação suplementar de capital, na qualidade de accionista da Sociedade PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.”; -----

Primeiro Secretário – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Primeiro Secretário passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----
 Votos a favor: vinte e cinco (25) Nelson Melo, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Euridice Vieira, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro, Berto Palma, Fernando Gregório, Fernando Neves, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Ana Simões, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Perpétua Ramos, Ana Pífarro, Hélder Sousa e José Cabrita. -----
 Ausências: um (01) Carlos Silva e Sousa -----
A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de aquisição de imóveis pelo Município de Albufeira à Sociedade PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.", bem como a outorga do respectivo contrato-promessa de compra e venda de bens imóveis futuros. -----

Primeiro Secretário – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Vereador José Rolo – Eu posso explicar porque o ponto 11 é retirado. Tem a ver com aquela rectificação entregue aquando a revisão do Orçamento 2008, há pouco. Já foi aprovado em reunião de Câmara a aquisição das lojas. Porque é que retiramos isso da revisão do Orçamento e consequentemente daqui? Porque não tinha sentido nenhum vir à Assembleia uma proposta para a aquisição das lojas, uma vez que, a aquisição necessária para comprar tem de se avisar o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas não visava este ano económico. Ao não visar este ano económico, não tem impacto nenhum vir este ano ou vir na 1ª Revisão do ano que vem. Por isso é que foi retirado. Porque para ser adquirido, tem de se avisar o Tribunal de Contas e só depois de previsto pelo Tribunal de Contas é que podia ser pago. Ora, isso nunca aconteceria este ano. Uma foi sequência da outra. -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala. -----

Francisco Oliveira – Sr. Presidente, nós concordamos com isso, mas como já foi votado no ponto cinco retirar o projecto de aditamento, achamos que se calhar não vale a pena estar a votar retirar o ponto 11, uma vez que o projecto em si foi retirado aquando da alteração deste Orçamento. É só esta questão. -----

Presidente da Assembleia – Não é necessário estar a votar a retirada. O requerimento está dirigido a mim, certo? Isto é um ponto da nossa competência sob proposta da Câmara e se o proponente retira a proposta não tem sequer votar a sua admissão, não faz sentido nenhum. O proponente retirou a proposta, acabou, não se delibera sobre ela. -----

 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia, passa à votação das minutas das deliberações tomadas na Assembleia, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

Presidente da Assembleia - Antes de encerrar a sessão, que é a última de 2008, assim espero, e dada a proximidade do Natal, que é uma época bonita, de grande tradição em

Portugal, desejo a todos um Feliz Natal com as vossas famílias e que seja um bom ano de 2009 para todos vós. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 19 de Dezembro de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

